



**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
CAMPUS BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

GETÚLIO ALBERNAZ LOBO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ALÉM DAS GRADES: UM ESTUDO DE CASO NA
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE
PARACATU/MG**

Brasília

2022

GETÚLIO ALBERNAZ LOBO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ALÉM DAS GRADES: UM ESTUDO DE CASO NA
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE
PARACATU/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Brasília do Instituto Federal de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Ricardo Faustino Teles

Brasília

2022

L799 Lobo, Getúlio Albernaz

Educação profissional além das grades: um estudo de caso na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Paracatu/MG / Getúlio Albernaz Lobo. — Brasília, 2022.

120 f. : il. color.

Orientador: Ricardo Faustino Teles.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2022.

1. Qualificação profissional. 2. Formação humana integral.
3. Estabelecimento prisional. I. Teles, Ricardo Faustino. II. Título.

CDU: 377:343.81

Dedico ao Deus Uno e Trino.

À minha esposa Geordana e às minhas filhas Maria Verônica e Maria Cecília.

Aos meus pais, familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por estar no centro da minha vida, ajudando-me em todos os sentidos e momentos.

Agradeço especialmente à minha esposa Geordana e à minha filha Maria Verônica pelo amor, carinho, compreensão, incentivo e orações durante o itinerário formativo no ProfEPT.

Aos meus pais, Gideon e Dinorá, pela educação recebida no seio familiar e à minha irmã Gabriela.

Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Faustino Teles, pela inteligência, sabedoria e complacência na condução deste trabalho. Também pela sua amizade, ensinamentos e palavras de apoio nos momentos difíceis.

Ao meu amigo, “irmão”, colega de trabalho e de ProfEPT, Igor de Oliveira Melo Borges, que tanto me ajudou compartilhando o seu conhecimento.

A todos os excelentes professores e professoras do ProfEPT no IFB, em especial, às professoras Keila e Daniele pelas importantes contribuições nesta pesquisa.

Extrema gratidão ao IFTM por ter viabilizado todo apoio necessário aos estudos.

A todos os servidores e colaboradores terceirizados do IFTM - *Campus Paracatu*, especialmente os meus colegas do núcleo de Eletrônica.

Às colegas egressas do ProfEPT no IF Goiano, pesquisadoras da mesma temática, Priscila de Lima Gomes e Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto, pela paciência, colaboração e disposição.

Aos professores Ricardo Faustino Teles, Daniele dos Santos Rosa, Samuel de Jesus Duarte e Frederico Hudson Ferreira, membros da banca avaliadora.

Aos colegas de mestrado no IFB, em especial, Ana Paula e Palma pelas contribuições.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a consecução deste estudo.

Porque se a esperança é fechada em uma cela, não há futuro para a sociedade.

Nunca privar do direito de recomeçar!

(Papa Francisco, 2019)

RESUMO

Este estudo abordou a relação entre um curso ofertado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) por meio da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e seus impactos na formação humana integral dos sujeitos concluintes dentro de um Centro de Reintegração Social (CRS) da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). A pesquisa visou responder se um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) ministrado em estabelecimento prisional pode impactar na formação humana integral dos estudantes. O objetivo geral consistiu em investigar em que medida uma ação extensionista através de curso da EPT foi condição para formação omnilateral de recuperandos e egressos da APAC masculina de Paracatu/MG. Teve-se a perspectiva de que a educação profissional pode ser instrumento viável para a formação omnilateral de sujeitos em situação de privação de liberdade. A pesquisa se desenvolveu por meio de um estudo de caso com abordagem predominantemente qualitativa de caráter descritivo. Quanto aos instrumentos para coleta de dados, houve análise documental, aplicação de questionário e realização de entrevista semiestruturada com os concluintes do curso. As entrevistas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo segundo Bardin (2016), a partir da seleção de categorias e subcategorias. Os resultados apontaram que a educação profissional pode contribuir para formação humana omnilateral dos sujeitos na acepção dialética das categorias trabalho e educação.

Palavras-Chave: Qualificação profissional. Formação humana integral. Estabelecimento prisional.

ABSTRACT

This study addressed the relationship between a course offered by the Federal Institute of Triangulo Mineiro (IFTM) through Professional and Technological Education (EPT) and its impacts on the integral human development of senior subjects within a Social Reintegration Center (CRS) of the Association Protection and Assistance to Convicts (APAC). The research aimed to answer whether a course of Initial and Continuing Education (FIC) taught in a prison can impact the full human development of students. The general objective was to investigate to what extent an extension action through the EPT course was a condition for omnilateral training of male APAC students and graduates from Paracatu/MG. There was the perspective that professional education can be a viable instrument for the omnilateral training of subjects in a situation of deprivation of liberty. The study was developed through a case study with a predominantly qualitative approach of descriptive character. As for the instruments for data collection, there was a document analysis, application of a questionnaire and a semi-structured interview with the graduates of the course. The interviews were transcribed and subjected to content analysis according to Bardin (2016), from the selection of categories and subcategories. The results showed that professional education can contribute to the omnilateral human formation of subjects in the dialectical sense of the categories work and education.

.

Keywords: Professional qualification. Integral human formation. Prison facility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aula inaugural do curso EIPBT	20
Figura 2 - Ações educacionais no âmbito do sistema prisional	32
Figura 3 - Aplicação do PE	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes da pesquisa	45
Gráfico 2 - Escolaridade dos sujeitos da pesquisa	46
Gráfico 3 - Satisfação com o curso	46
Gráfico 4 - Integração entre teoria e prática	47
Gráfico 5 - Inserção na área elétrica depois do curso.....	47
Gráfico 6 - Acordos/parcerias da APAC.....	48
Gráfico 7 - Infraestrutura da APAC	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População carcerária de Paracatu/MG por regime em dezembro de 2020	32
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislação brasileira sobre educação para privados de liberdade.....	27
Quadro 2 - Síntese das técnicas para coleta de dados e seus objetivos.....	36
Quadro 3 - Estruturação dos cursos FIC.....	41
Quadro 4 - Categorias e subcategorias das entrevistas	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- COVID-19 – Doença do Coronavírus, sigla inglesa *Corona Virus Disease*
- CRS – Centro de Reintegração Social
- DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
- EC – Emenda Constitucional
- EIPBT – Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão
- EPCT – Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
- FIC – Formação Inicial e Continuada
- IF – Instituto Federal
- IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
- INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LEP – Lei de Execução Penal
- MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública
- NR-10 – Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
- PE – Produto Educacional
- PEESP – Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
- PPC – Projeto Pedagógico de Curso
- PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- SIM/MS – Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
1 INTRODUÇÃO.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica.....	23
2.2 Educação profissional para privados de liberdade da APAC	26
2.3 Histórico legal da educação no sistema prisional brasileiro	27
2.4 Entendendo a APAC	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1 Sujeitos da pesquisa.....	35
3.2 Procedimentos para coleta de dados.....	36
3.3 Análise de dados	37
3.4 Produto Educacional (PE)	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	40
4.1 Análise documental do plano de curso e dos PPCs	40
4.2 Resultados do questionário aplicado na pesquisa.....	45
4.3 Resultados e discussões das entrevistas	49
4.3.1 <i>Categoria estigma</i>	50
4.3.2 <i>Categoria educação</i>	52
4.3.3 <i>Categoria trabalho</i>	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A – RELATO DO PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA.....	66
APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	69
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	70
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	73

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	78
APÊNDICE F – TERMO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ.....	79
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA.....	81
APÊNDICE H – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	84
APÊNDICE I – PLANO DO MINICURSO.....	89
APÊNDICE J – APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	93
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA .	113
ANEXO B – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CURSO BÁSICO DE NR-10.....	118

APRESENTAÇÃO

O grande interesse em realizar uma pesquisa voltada à temática - educação profissional para pessoas em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional - surgiu antes mesmo da aprovação no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), após experiência profissional como docente da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dentro de um Centro de Reintegração Social da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Vivenciar na prática a educação profissional como potencial instrumento de transformação da realidade daquelas pessoas também me modificou como ser humano.

Esta dissertação está estruturada em forma de artigo, sendo que, na sua introdução, são apresentadas as informações sobre a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; a criação dos Institutos Federais; o tema, o objetivo e a justificativa deste estudo.

O referencial teórico reflete sobre as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, educação profissional para privados de liberdade da APAC, Histórico legal da educação no sistema prisional brasileiro e sobre o sistema carcerário da APAC.

Os procedimentos metodológicos abarcam os sujeitos da pesquisa, os procedimentos para coleta de dados, a análise dos dados e o produto educacional. Já os resultados e discussões apresentam reflexões sobre os dados coletados no estudo. As considerações finais expressam o entendimento sintetizado sobre a pesquisa. Por fim, trazem-se os apêndices e anexos.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2008 constituem-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) por meio da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro. A proposta dos IFs é a oferta de educação gratuita e de qualidade, a fim de qualificar cidadãos a atuarem nos mais variados setores econômicos do País (BRASIL, 2008).

Em relação à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a Lei n.º 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu Artigo 39, apresenta que esta “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. Esta modalidade de ensino deve ser desenvolvida por meio de cursos e programas referentes à “Formação Inicial e Continuada” (FIC) ou “qualificação profissional”, “à educação profissional técnica de nível médio” e à “educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (BRASIL, 1996).

A EPT, como mecanismo que visa contribuir com os processos formativos dos cidadãos, precisa também ser capaz de oferecer educação inclusiva extramuros da escola. Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) - *Campus Paracatu*, na busca de cumprir o seu papel social na oferta de EPT gratuita e de qualidade, foi proponente de uma ação extensionista em estabelecimento prisional. A Instituição participou do edital n.º 01/2016 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) intitulado “Seleção Pública de Projetos de Entidades Públicas ou Privadas com Finalidade Social na Comarca de Paracatu do Estado de Minas Gerais”. Assim, um projeto de extensão intitulado “Religando Vidas” foi proposto e teve como objetivo basilar a oferta do curso FIC Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (EIPBT) a 60 recuperandos¹ da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), unidade masculina de Paracatu.

Após aprovação do projeto “Religando Vidas” e do processo de aquisição de materiais para as aulas práticas, a contrapartida do IFTM, como instituição proponente, foi viabilizar a atuação voluntária de servidores. O referido curso teve

¹ Termo utilizado pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) para denominar as pessoas que cumprem condenação na instituição.

sua aula inaugural realizada no auditório da APAC com a presença dos alunos, professores, Diretor Geral do IFTM - *Campus* Paracatu, Presidente da APAC, representante do Poder Judiciário, imprensa, além de outros convidados. A Figura 1 mostra a aula inaugural do curso.

Figura 1 - Aula inaugural do curso EIPBT



Fonte: APAC, 2018.

Diante do exposto, realizou-se o cadastro do mencionado projeto junto à coordenação de extensão do *campus* para fins de certificação dos participantes e equipe executora. Este teve a duração de nove meses.

A maioria dos alunos do curso FIC EIPBT finalizaram o cumprimento de suas penas, adquiriram a liberdade e atualmente são considerados egressos do sistema prisional em consonância com a Lei de Execução Penal - LEP (BRASIL, 1984). Conforme Mirabete e Fabbrini (2014, p. 79), “considera-se como egresso o liberado definitivo pelo prazo de um ano, a contar da saída do estabelecimento penal, e o liberado condicional, durante o período de prova”.

Para Mirabete e Fabbrini (2014, p. 67) “a habilitação profissional é uma das exigências das funções utilitárias da pena, pois facilita a reinserção do condenado no convívio familiar, comunitário e social, a fim de que ele não volte a delinquir.” Ainda, segundo os autores, “o ensino profissional poderá ser em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico para aqueles que já tiveram a formação básica profissional antes da prisão”.

São muitos os instrumentos legais que fundamentam o direito de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Quanto às garantias assistenciais,

inclusive à educacional, voltadas aos apenados e egressos de unidades prisionais tem-se como referência a Lei de Execução Penal (LEP), Lei n.º 7210, de 11 de julho de 1984. Considera-se que a aprendizagem dentro do sistema prisional através de projetos de educação é comumente vista como mecanismo de conversão, e sua relevância é verificada pelo seu alcance e principalmente nas possibilidades de se conseguir o (re)ingresso no mundo do trabalho após cumprimento da pena (BRASIL, 2012). Isto posto, avista-se, na educação profissional, um instrumento transformador da realidade de sujeitos na condição de privação de liberdade.

Buscando-se conhecer em maior profundidade as contribuições, limites e desafios da educação profissional para privados de liberdade de uma APAC, o tema principal deste estudo tratou da possível relação entre um curso de extensão ofertado por meio da EPT e seus impactos na formação humana integral dos sujeitos concluintes.

A LEP dispõe, em seu Artigo 10º, que a “assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o seu retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984). Na Seção V, sobre assistência educacional, a LEP, no Artigo 20, instrui que “as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados” (BRASIL, 1984).

Em consonância com o estabelecido na legislação, o IFTM celebrou acordo de mútua cooperação com a APAC para a oferta do mencionado curso aos recuperandos, qualificando-os através da educação profissional.

Alicerça a justificativa de realização desta pesquisa o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de que, segundo Moura (2019), menos de 11% da população prisional brasileira tinha acesso a alguma atividade educacional, estatística referente a junho de 2017 (MOURA, 2019). Este dado aponta para a necessidade de expansão de ações educativas no sistema prisional brasileiro.

Apoiando-se em Cruz (2018, p. 27), verifica-se que, “diante da necessidade de um movimento de reflexão coletiva e em conjunto com outros saberes e experiências formativas sobre a importância da educação profissional nos ambientes de privação de liberdade”, faz-se necessário compreender como esta “modalidade educativa pode auxiliar no processo emancipatório” dos privados de liberdade.

Portanto, este estudo mostra-se relevante pela motivação de descrever uma experiência de educação profissional em estabelecimento prisional, já que se preocupa em dar voz aos sujeitos que a vivenciaram.

Partindo do exposto, o objetivo desta pesquisa foi investigar em que medida uma ação extensionista através de curso da EPT é condição para formação omnilateral de recuperandos e egressos da APAC masculina de Paracatu-MG.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos IFs o ensino assume um conjunto de objetivos que vai além da aprendizagem e da formação do cidadão. Como instituição de educação profissional, científica e tecnológica, encarrega-se também da função social de inclusão e da formação de profissionais capazes de atuarem no mundo do trabalho, assumindo uma perspectiva integral (BRASIL, 2008).

Segundo disposto no Artigo 1º da LDB:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Os IFs têm por características e finalidades potencializar o progresso socioeconômico onde estão inseridos, ou seja, nos níveis local, regional e nacional, na concepção de atender as demandas sociais, portanto está explícito, na letra da lei, o papel social da educação profissional (BRASIL, 2008). Sendo um dos objetivos da Lei de criação dos Institutos Federais:

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

Partindo dessas premissas, a educação profissional tem potencial para se apresentar como relevante instrumento para apenados e egressos do sistema prisional, pois pode, inclusive, fortalecer as oportunidades de (re)inserção no universo do trabalho.

Para Julião (2009, p. 219) “a capacitação dos internos privados de liberdade, sob a perspectiva do trabalho decente, pode ser considerada como um possível caminho de investimento e orientação para uma política de execução penal [...]”.

As seções a seguir apresentam as temáticas que alicerçam este estudo.

2.1 Bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica

Sobre o trabalho na sua dimensão ontológica, entende-se como ato característico do ser humano, inato à produção da sua realidade. Em seu sentido

histórico, atrelado aos meios de produção, assim, vinculado à ação econômica. Por conseguinte, o mundo da produção e o da constituição do ser humano são indissociáveis. Entender o princípio educativo do trabalho implica uma noção específica de humanidade em que o trabalho é condição essencial para a existência das pessoas (BRASIL, 2007). Ainda, segundo documento,

compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não significa “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. (BRASIL, 2007, p. 45).

Desse modo, o trabalho como princípio educativo está diretamente relacionado às categorias - educação e trabalho - que enfatizam as características de atividade humanizadora, através do crescimento de todas as capacidades dos indivíduos (CIAVATTA, 2009). Segundo Saviani (2007, p. 152) “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa”.

O trabalho como princípio educativo está relacionado à educação omnilateral, educação esta que, segundo Ciavatta (2014) almeja preparar o indivíduo na sua plenitude, isto é, em todos os aspectos, na sua integridade intelectual, física, mental, cultural, política, científica, tecnológica, moral e para o trabalho.

Para Manacorda (2007), entender o indivíduo omnilateral passa por compreender que:

frente à realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da omnilateralidade, de um desenvolvimento total, completo e multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 2007, p. 87).

A formação integral busca afastar a divisão entre trabalho mecanizado e trabalho científico, na perspectiva de formar trabalhadores qualificados a atuarem como cidadãos e gestores, evidenciando o trabalho como princípio educativo (BRASIL, 2007).

Segundo Pacheco (2015) “[...] a formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho tem de ser compreendido tanto em seu

sentido ontológico, enquanto realização humana, quanto prática econômica associada ao modo de produção” (PACHECO, 2015, p. 29).

Desse modo, a concepção de formação integral focaliza romper com o ser humano separado pela divisão social do trabalho entre as ações de realizar tarefas de alta e baixa complexidade (BRASIL, 2007). Para Ciavatta (2005) a formação integral procura

[...] garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 84-85).

A politecnia, o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral formam a tríade estruturante das bases conceituais da EPT. Para Saviani (2003), a politecnia integra a realização de atividades científicas e técnicas, em que não se pode haver trabalho manual ou intelectual isolado, pois, “[...] todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho” (SAVIANI, 2003, p. 138).

O meio onde ocorre as relações de trabalho na sociedade contemporânea é compreendido como mundo do trabalho, neste há interação dialética entre os sujeitos. Conforme Figaro (2008),

mundo do trabalho é conjunto de fatores que engloba e coloca em relação à atividade humana de trabalho o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades [...] (FIGARO, 2008, p. 92).

No entendimento da autora, o trabalho humano é executado no contexto de um meio organizacional e social. O indivíduo participa e adquire comportamentos característicos que refletem sobre o ambiente de trabalho. É neste meio que se relaciona e por ele é influenciado através das estruturas da organização, das políticas e das práticas que nele são adotadas. Sendo assim, o indivíduo interage socialmente no trabalho, compartilha experiências e tem a oportunidade de satisfazer as suas necessidades pessoais e profissionais.

2.2 Educação profissional para privados de liberdade da APAC

Através de levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Lima, Gomes e Santiago (2019) apresentaram estudo acerca dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos no período de 2007 a 2017, no âmbito dos programas de Pós-graduação, modalidade *stricto sensu*, referente à educação profissional para pessoas em situação de privação de liberdade.

Os descritores consultados pelos autores foram: “educação prisional profissional”, “educação profissional prisão”, “educação profissional ressocialização” e “educação trabalho prisão”, respectivamente. A partir desses descritores, encontraram apenas dez produções acadêmicas, sendo oito dissertações e duas teses. Assim, com base nos resultados, os autores pontuaram que a educação profissional para os sujeitos em privação de liberdade é assunto de grande relevância e potencial para novas pesquisas. No entanto, nenhum dos trabalhos analisados tratou da formação educacional nas APACs.

Como nossa pesquisa em tela envolveu um estabelecimento prisional apaqueano, buscou-se por estudos acerca da educação profissional em seu âmbito, compreendidos no período de 2009 a 2019, com base nos descritores: “educação profissional APAC”, “formação inicial e continuada APAC”, “educação emancipadora sistema prisional” e “educação profissional privados de liberdade” nos sítios eletrônicos da BDTD, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As referidas consultas revelaram a carência de produção científica sobre a educação profissional neste tipo de estabelecimento prisional.

Recente estudo foi apresentado junto ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal Goiano. A produção acadêmica abrange a educação profissional para o público em privação de liberdade na APAC.

A pesquisa de Alberto (2021) intitulada “Educação, Trabalho e Reintegração Social na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Ituiutaba/MG”, analisando as categorias “Educação; Trabalho; Reintegração Social e APAC”.

Teve por finalidade investigar a formação educacional e profissional como mecanismo de reintegração social dos recuperandos da APAC de Ituiutaba/MG. A autora realizou estudo quantitativo com base nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

Coletou dados através de formulário semiestruturado, entrevista e observação não participante, analisou-os por meio da triangulação na concepção histórico-dialética.

Especificamente sobre a formação profissional, o estudo mostrou que, no decorrer dos anos, houve a oferta de “alguns cursos de curta duração”, sem a existência de “programação anual para a oferta”. O principal entrave apontado foi a falta de verbas inerentes a atender essas necessidades.

Isto posto, percebe-se a demanda do cumprimento da legislação que assegura o direito à educação profissional no sistema prisional, fazendo-se indispensáveis a programação e o planejamento de ações educativas nesses espaços através da celebração de acordos/parcerias entre a APAC e as instituições dos variados setores da sociedade.

2.3 Histórico legal da educação no sistema prisional brasileiro

Há no Brasil sólida legislação que garante o direito público subjetivo da educação, inclusive amparam-se as pessoas na conjuntura de privação de liberdade. Apresenta-se no Quadro 1 a síntese dos principais instrumentos legais implementados a partir da década de 1980, contemplando também os voltados ao desenvolvimento da educação profissional.

Quadro 1 - Legislação brasileira sobre educação para privados de liberdade (continua)

Legislação	Destaque(s) do Arcabouço Legal
Lei de Execução Penal (LEP) / Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984	Art. 17º. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 19º. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Art. 20º. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 83º. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar

(continuação)

	<p>assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.</p> <p>§4º Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante. (Incluído pela Lei nº 12.245, de 2010).</p> <p>Art. 126º. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).</p>
<p>Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988</p>	<p>Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC² nº 26/2000, EC nº 64/2010 e EC nº 90/2015).</p> <p>Art. 205º. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.</p>
<p>Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), de 11 de novembro de 1994 / Resolução nº 14</p>	<p>Art. 38º. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.</p> <p>Art. 39º. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação e de aperfeiçoamento técnico.</p> <p>Art. 40º. A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam.</p> <p>Parágrafo Único – Cursos de alfabetização serão obrigatórios para os analfabetos.</p> <p>Art. 41º. Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequados à formação cultural, profissional e espiritual do preso.</p> <p>Art. 42º. Deverá ser permitido ao preso participar de curso por correspondência, rádio ou televisão, sem prejuízo da disciplina e da segurança do estabelecimento.</p>

² Emenda Constitucional

<p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996</p>	<p>Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.</p> <p>Art. 5º. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).</p> <p>Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)</p> <p>Art. 40º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.</p>
<p>Plano Nacional de Educação / Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001</p>	<p>5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</p> <p>5.3 Objetivos e Metas</p> <p>17. Implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional, contemplando para esta clientela as metas nº 5 e nº 14.</p>
<p>Diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, de 11 de março de 2009 / Resolução nº 03</p>	<p>Art. 10º. O planejamento das ações de educação nas prisões poderá contemplar além das atividades de educação formal, propostas de educação não-formal e formação profissional, bem como a inclusão da modalidade de educação à distância.</p>
<p>Diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, de 19 de maio de 2010 / Resolução nº 02</p>	<p>Art. 6º. A gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade.</p> <p>Art. 9º. A oferta de Educação Profissional nos estabelecimentos penais deverá seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, inclusive com relação ao estágio profissional supervisionado concebido como ato educativo.</p>

(conclusão)

<p>Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011</p>	<p>Art. 2º. O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.</p> <p>Art. 4º. São objetivos do PEESP:</p> <p>IV - Fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional.</p> <p>Parágrafo único. Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais.</p>
<p>Plano Nacional de Educação / Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014</p>	<p>Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.</p> <p>Estratégias:</p> <p>10.10) Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Conforme preconizado na Carta Magna de 1988, a educação é uma garantia humana intransferível que precisa alcançar a todos, através dela os indivíduos se instruem para que possam usufruir integralmente da cidadania.

Onofre e Julião (2013) defendem a educação nos espaços prisionais para que, através desta, os privados de liberdade possam exercitar sua cidadania:

[...] quando nos colocamos diante do tema educação nos sistemas prisionais, na perspectiva da emancipação do indivíduo, que o capacite a tomar sua vida nas próprias mãos e conduzi-la com autonomia, que lhe permita continuar os estudos e receber uma certificação oficial para que consiga um trabalho digno e remunerado de maneira justa, que lhe permitirá viver sua cidadania (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 63).

Segundo estatísticas do INFOPEN, atualizadas em junho de 2017 “[...] apenas 10,58% da população prisional no Brasil” participavam de “algum tipo de atividade educacional, entre aquelas de ensino escolar e atividades complementares” (MOURA, 2019, p. 56).

No Brasil, preponderantemente a população carcerária está sob custódia dos estados em celas físicas. Conforme informações presentes no site do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)³, por meio do INFOPEN, em dezembro de 2020, excluindo-se “os presos que estão sob custódia das Polícias Judiciárias, Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares”, ou seja, em outras prisões, o número de presos em celas físicas na esfera estadual era de 667.541, destes, 165.127, o que representa 24,74%, participavam de alguma atividade educacional, sendo 2303 presos em cursos profissionalizantes e 770 no ensino superior (BRASIL, 2021).

Constata-se que houve um aumento de aprisionados integrados a alguma ação educacional. No entanto, o Estado ainda não assegurou em sua totalidade a garantia de acesso à educação aos privados de liberdade.

Segundo o periódico técnico-científico do DEPEN (SILVA, 2020), existe a necessidade de que vários setores conectem esforços direcionados a estabelecer estratégias concretas para atingir a expansão das ações educativas no espaço prisional, assim sendo,

o direito universal à educação de qualidade e gratuita insere-se, também, no sistema prisional. A sua regulamentação, sistematização e coordenação são campos cada vez mais debatidos e enfatizados pelo poder público, como também pelas instituições de ensino e pela sociedade civil organizada DEPEN (SILVA, 2020, p. 323)

A Figura 2 apresenta as atividades educacionais que contemplam a pessoa presa carentes da criação de diretrizes para a consecução no espaço prisional.

³ Levantamento disponível no site do DEPEN em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWU2ZjA1ODktNDYxYi00ZDVlWFkZTYtN2I3ZTI0Y2JjYjllIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

Figura 2 - Ações educacionais no âmbito do sistema prisional

Fonte: Adaptada de DEPEN (SILVA, 2020, p. 323).

2.4 Entendendo a APAC

Dentre os vários problemas enfrentados pela sociedade contemporânea, a criminalidade e a violência também se apresentam como adversidades de grande complexidade. O Atlas da Violência (2019), através do levantamento oficial do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), apresentou a situação da violência letal no País. De acordo com o SIM/MS, em 2017, aconteceram 65.602 homicídios no Brasil, o que consiste num índice de 31,6 óbitos para cada 100.000 habitantes.

Uma das consequências dos índices supracitados é a alta taxa de encarceramento no Brasil. Segundo sítio eletrônico do DEPEN, em dezembro de 2020, o estado de Minas Gerais contava com 62.380 encarcerados em celas físicas, e a população carcerária total do município de Paracatu, no mesmo período, era de 254 presos no presídio e de 147 recuperandos na APAC (BRASIL, 2021).

A Tabela 1 apresenta a população carcerária em dezembro de 2020 do município de Paracatu/MG *lócus* desta pesquisa.

Tabela 1 - População carcerária de Paracatu/MG por regime em dezembro de 2020 (continua)

Estabelecimento	Total	Regime fechado	Regime semiaberto	Presos provisórios (sem condenação)
Presídio de Paracatu	254 (100%)	66 (25,98%)	18 (7,09%)	170 (66,93%)

				(conclusão)
APAC - Paracatu	147 (100%)	121 (82,31%)	26 (17,69%)	0 (0%)

Fonte: Elaborada pelo autor com base em BRASIL (2021).

O discurso oficial do Estado em atacar a problemática de presos nos presídios, cadeias, penitenciárias e outros estabelecimentos penais comuns motivou o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) a debater sobre o documento “Estudo preliminar – A metodologia APAC e a criação de vagas no sistema prisional a partir da implantação de Centros de Reintegração Social” (BRASIL, 2019).

Conforme documento, em 2019, aconteceu um Encontro Nacional das APACs na sede do DEPEN, momento no qual foi oportunizado a Associação apresentar como funciona a sua metodologia de trabalho e os resultados alcançados por meio de suas ações.

À luz desses resultados, o DEPEN estabeleceu como um de seus propósitos incentivar políticas públicas que viabilizem a implementação de novas unidades da APAC no País.

Segundo site da FBAC (2021), a primeira APAC foi criada em São José dos Campos, interior de São Paulo, em 1972. Inicialmente a sigla significava “Amando o Próximo, Amarás a Cristo” e esta foi estabelecida a partir das atividades desenvolvidas pela Pastoral Carcerária da Igreja Católica, liderada naquele tempo pelo advogado e jornalista Dr. Mário Ottoboni – falecido em 14 de janeiro de 2019 – juntamente com a colaboração voluntária de cristãos.

De acordo com Ferreira e Ottoboni (2016, p. 20-21), o método APAC baseia-se em 12 componentes estruturantes, sendo eles:

1. “Participação da comunidade”;
2. “O recuperando ajudando recuperando”;
3. “Trabalho”;
4. “Espiritualidade e a importância de se fazer uma experiência com Deus”;
5. “Assistência jurídica”;
6. “Assistência à saúde”;
7. “Valorização humana - base do método APAC”;
8. “A família - do recuperando e da vítima”;

9. “O voluntário e o curso para sua formação”;
10. “Centro de Reintegração Social - CRS”;
11. “Mérito”
12. “A jornada de libertação com Cristo”.

A centralidade do método apaqueano está na valorização da dignidade humana, mantendo o propósito punitivo da pena. Conforme documento “Estudo preliminar A metodologia APAC e a criação de vagas no sistema prisional a partir da implantação de Centros de Reintegração Social”, no ano de 2019, Minas Gerais contava com 39 unidades da APAC, sendo o estado com maior número de estabelecimentos instalados. O custo médio de cada recuperando da APAC em Minas Gerais no ano de 2018 foi de R\$ 1.055,44. Já o gasto com um preso no sistema prisional convencional no mesmo ano variou de R\$ 1.600,00 a R\$ 2.700,00, a depender do estado da União.

Ainda consta, no divulgado documento, que, em solenidade na APAC de Itaúna em 2019, durante apresentação de estatísticas sobre as APACs de Minas Gerais, o Desembargador Nelson de Moraes, naquele tempo presidente do TJMG, apresentou que o estado contava com cerca de quatro mil recuperandos e declarou “que o índice de reincidência entre os recuperandos das APACs é de aproximadamente 15%, enquanto este chega a 80% no sistema penitenciário tradicional”.

Desse modo, as APACs se apresentam como alternativa humanizada de execução penal, com custo e índice de reincidência menores que os contabilizados nos estabelecimentos prisionais convencionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de um estudo de caso com abordagem predominantemente qualitativa de caráter descritivo. A investigação foi alicerçada nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, recorrendo às técnicas para a coleta de dados, a saber: questionário, análise documental e entrevistas.

3.1 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os concluintes do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (EIPBT). Este curso foi ministrado nos anos de 2018 e 2019 para recuperandos da APAC masculina, sob a responsabilidade do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), nas dependências das duas instituições em Paracatu/MG.

O curso EIPBT teve 61 alunos matriculados e 59 concluintes, sendo que 60 recuperandos faziam parte do regime semiaberto à pena de prisão, selecionados à época por critérios da APAC, levando-se em consideração a proximidade da liberdade.

Para o delineamento do universo amostral da presente pesquisa, foi solicitado junto à APAC uma listagem dos contatos dos concluintes do curso, sendo então disponibilizado um total de 43 indivíduos. Posteriormente, o contato com os concluintes ocorreu por meio de mensagens de texto instantâneas e por meio de chamadas convencionais de voz. Ao final, 13 sujeitos se mostraram dispostos a participar do estudo, correspondendo a aproximadamente 22% do total de indivíduos.

Para participar da pesquisa foi indispensável ter conhecimento das informações presentes e assinar espontaneamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo para uso de imagem e/ou voz, que são apresentados, respectivamente, nos apêndices C e F deste estudo. Com o objetivo de manter o sigilo e a confidencialidade preconizados nas pesquisas envolvendo seres humanos, os participantes entrevistados foram identificados por meio do pseudônimo "Participante", acompanhado de um algarismo romano.

3.2 Procedimentos para coleta de dados

Por meio da análise documental buscou-se investigar sobre as diretrizes a serem desenvolvidas através do curso EIPBT e sua conexão com as atividades profissionais desempenhadas. Para tanto, exploraram-se o plano de curso do IFTM e os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) FIC EIPBT ofertados por 6 Institutos Federais a fim de conhecer as características quantitativas e qualitativas dos respectivos itinerários formativos.

Nesta pesquisa, além da análise documental e entrevistas, utilizou-se o questionário (apêndice D) como instrumento de coleta de dados, elaborado de modo eletrônico através da ferramenta Formulários Google, composto por blocos de questões, a saber: bloco I (identificação); II (percepções sobre o curso EIPBT); III (potencialidades e desafios da educação profissional na APAC Paracatu) e IV (interesse em participar da entrevista vinculada à pesquisa). As perguntas foram estruturadas segundo o Modelo da Escala de Likert de 5 pontos.

A entrevista semiestruturada constituiu o principal procedimento de coleta de dados deste trabalho. O roteiro de entrevista elaborado para esta pesquisa consta no Apêndice E e foi composto de 8 questões discursivas. Do total de 13 participantes da pesquisa, foram entrevistados 7, estes agendaram dia e horário para conversa.

No período em que as entrevistas foram realizadas, a cidade de Paracatu se encontrava na Onda Vermelha de Covid-19, assim sendo, para segurança dos envolvidos, estas aconteceram em ambiente virtual por meio da plataforma *Google Meet*. Com a autorização prévia dos participantes, as reuniões foram gravadas para posterior transcrição e análise de conteúdo.

O Quadro 2 sintetiza as elementares técnicas de coleta de dados que foram usadas neste estudo, bem como a finalidade de cada instrumento.

Quadro 2 - Síntese das técnicas para coleta de dados e seus objetivos *(continua)*

Técnicas	Objetivos das técnicas
Análise documental	Analisar os parâmetros previstos a serem desenvolvidos por meio do curso e seu vínculo com as atividades profissionais da formação.
Questionário	Conhecer a percepção dos concluintes a respeito do curso; Levantar parâmetros sobre as potencialidades e desafios do alcance da Educação Profissional em estabelecimento prisional apaqueano; Identificar concluintes do curso interessados em participar da entrevista.

(conclusão)

Entrevistas	<p>Observar a possibilidade de relação do curso com o processo de emancipação de seus participantes;</p> <p>Conhecer a concepção dos concluintes acerca da formação humana integral.</p>
-------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

3.3 Análise de dados

Para a tabulação dos dados foram empregados os *softwares* Google Planilhas, Microsoft Excel e Microsoft Power BI.

A análise das entrevistas desta pesquisa foi realizada por meio do método de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016). A análise de conteúdo foi realizada em três etapas: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 125).

As categorias foram elaboradas a partir da transcrição das falas dos participantes da entrevista. Realizou-se a codificação e categorização do material, em seguida, obteve-se subcategorias.

3.4 Produto Educacional (PE)

Após a análise dos dados coletados, foi realizada uma reunião online junto aos participantes da pesquisa a fim de organizar o planejamento coletivo da produção do Produto Educacional (PE).

As discussões caminharam para uma aspiração pretérita dos participantes, quando ainda realizavam o curso EIPBT. Trata-se da qualificação em curso de segurança em instalações e serviços com eletricidade, treinamento este intitulado de curso básico da Norma Regulamentadora 10 (NR-10). O treinamento tem como público-alvo os trabalhadores que executam serviços em instalações elétricas, sendo este obrigatório a esses profissionais. O curso básico de NR-10 tem carga horária mínima de 40 horas.

Segundo o item 10.6.1.1 da NR-10, os trabalhadores autorizados “devem receber treinamento de segurança para trabalhos com instalações elétricas

energizadas, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo III desta NR” (BRASIL, 2019, p. 6).

Ainda, de acordo com a NR-10, no item 10.8.8:

Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo III desta NR. (BRASIL, 2019, p. 8)

Considerando-se que a cidade de Paracatu se encontrava na onda vermelha de Covid-19, seria inviável a realização de um curso presencial com carga horária elevada como o de NR-10. Além disso, este é ministrado por profissionais com habilitações em áreas distintas, como formações técnicas em elétrica, segurança do trabalho, prevenção e combate a incêndio e primeiros socorros, por exemplo. Ainda assim, para realizar o curso, há necessidade de registro de Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao conselho de classe competente.

Analisando o contexto, sugeriu-se como PE um minicurso que buscasse refletir sobre a NR-10 e as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A proposta foi acolhida, sendo definido que sua aplicação aconteceria na modalidade presencial em momento favorável para tal, respeitando-se as condições de saúde e segurança estabelecidas durante a pandemia.

Acerca do comentado curso de NR-10, a solução foi buscar uma parceria para sua oferta na modalidade à distância, já que os participantes afirmaram possuir a infraestrutura mínima para realização do curso nessas condições. Nesse sentido, houve a colaboração de uma empresa especializada para oferta do curso básico de NR-10 no formato remoto e ofertado em ambiente virtual de aprendizagem. Após o acordo com a empresa parceira, 11 participantes da pesquisa foram matriculados. O suporte junto aos participantes, para acesso à plataforma virtual do curso de NR-10, interação com as suas funcionalidades e dúvidas em relação ao conteúdo programático ocorreu por meio de reuniões virtuais, empregando o aplicativo *Google Meet*.

Depois de estabelecido que um minicurso seria o produto educacional da pesquisa, iniciou-se a sua estruturação. A plataforma de designer gráfico Canva foi apresentada e aceita pelos participantes da pesquisa. Esta possibilita a integração com um vasto banco de imagens gratuitas, além de outras ferramentas de interação.

O objetivo geral do PE foi refletir de modo participativo sobre a Norma Regulamentadora 10 (NR-10) "Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade" à luz das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O minicurso foi estruturado com linguagem acessível ao público-alvo, com textos e imagens que motivaram o pensamento crítico e reflexivo e a interação dialógica dos participantes.

A cidade de Paracatu retornou à onda amarela de Covid-19, possibilitando a aplicação presencial do PE. Durante a sua realização obedeceu-se a todos os protocolos de biossegurança recomendados contra a doença, no caso, aferição de temperatura corporal, uso de máscaras e álcool 70%, além do distanciamento social. A aplicação do produto contou com a presença de 8 dos 13 participantes da pesquisa. Ao final, os 8 participantes fizeram a sua avaliação através do questionário presente no apêndice G deste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise documental do plano de curso e dos PPCs

Pesquisou-se na internet, PPCs de cursos FIC Eletricista Predial elaborados por Institutos Federais (IFs), de modo a proceder uma análise entre o plano de curso FIC EIPBT ministrado pelo IFTM - *Campus* Paracatu e os PPCs de cursos ofertados por outros 6 IFs.

A análise documental teve a finalidade de investigar as habilidades e competências previstas a serem desenvolvidas por meio do curso EIPBT e as suas relações com as atividades profissionais da formação.

O Quadro 3 exibe a estruturação dos cursos contendo instituição promotora, nome e ano de aprovação, matriz curricular com a carga horária por disciplina e total, perfil profissional do egresso e as perspectivas.

Quadro 3 - Estruturação dos cursos FIC

(continua)

Instituição promotora	Nome do curso e ano de aprovação	Matriz curricular e carga horária	Perfil profissional do egresso	Perspectivas do curso
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão - 2016	Ética e Direito do trabalho - 20h; Informática Básica - 20h; Matemática Aplicada - 20h; Eletricidade Básica - 20h; Instalações Elétricas em Baixa Tensão - 50h; Eletrotécnica Básica - 30h; Medidas Elétricas - 20h; Saúde e Segurança do trabalho - 20h (total 200 horas)	Atuar na execução de instalação e manutenção elétrica predial de baixa tensão, de acordo com as normas técnicas vigentes tais como a NBR 5410 de Instalações Elétricas de Baixa Tensão e procedimentos técnicos.	Tem como premissa a integração com a sociedade e a busca constante da promoção da educação. Busca colaborar com o desenvolvimento do trabalho da APAC em Paracatu, bem como exercer seu papel social de educação inclusiva.
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão - 2012	Leitura e Produção de Texto - 20h; Matemática Aplicada - 20h; Informática Básica - 20h; Ética e Cidadania - 10h; Eletricidade Básica - 30h; Noções em Estruturas de Concreto - 20h; Noções de Desenho Técnico para Projetos Elétricos - 20h; Medidas Elétricas - 40h;	Realizar instalação e manutenção elétrica predial de baixa tensão, de acordo com as normas e procedimentos técnicos; Atuar com respeito às normas básicas de segurança do trabalho e respeito ao meio ambiente; Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como	Almeja propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitui em uma possibilidade

		Instalações Elétricas em Baixa Tensão - 60h; Eletrotécnica Básica - 40h; Segurança do Trabalho em Eletricidade - 20h (total 300 horas)	agente social que intervém na realidade; Saber trabalhar em equipe; Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade	para a construção dos projetos de vida dos estudantes
Instituto Federal de Minas Gerais	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão - 2013	Ética e Direito do trabalho - 20h; Informática Básica - 20h; Matemática Aplicada - 20h; Eletricidade Básica - 20h; Instalações Elétricas em Baixa Tensão - 50h; Eletrotécnica Básica - 30h; Medidas Elétricas - 20h; Saúde e Segurança do trabalho - 20h (total 200 horas)	Idem ao PPC do Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Visa adotar atitude interdisciplinar e transdisciplinar nas práticas educativas, isto é, assumir que qualquer aprendizado, assim como qualquer atividade, envolve a mobilização de competências e habilidades referidas a mais de uma disciplina, exigindo, assim, trabalho integrado dos professores, uma vez que cada um é responsável pela formação integral do aluno
Instituto Federal do Pará	Eletricista Instalador Predial de Baixa	Português - 20h; Matemática Aplicada - 30h; Informática Básica - 20h;	Idem ao PPC do Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Ancora na perspectiva crítico-emancipatória, a formação inicial e

	Tensão - 2013	Empreendedorismo - 20h; Eletricidade Básica - 30 h; Noções de Desenho Técnico - 20h; Medidas Elétricas - 40h; Instalações Elétricas em Baixa Tensão - 60h; Noções de Comandos e Máquinas - 40h; Segurança do Trabalho em Eletricidade - 20h (total 300 horas)		continuada, ao se estabelecer no entrecruzamento dos eixos sociedade, cultura, trabalho, educação e cidadania, compromete-se com a formação humana e formação profissional, com vistas à aquisição de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético-políticos, propícios ao desenvolvimento integral do sujeito.
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão - 2016	Eletricidade Básica - 40h; Noções de Desenho Técnico - 20h; Medidas Elétricas - 30h; Instalações Elétricas em Baixa Tensão - 90h; Segurança em Eletricidade - 20h (total 200 horas)	Idem ao PPC do Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Idem ao PPC do Instituto Federal do Pará

(conclusão)

Instituto Federal do Sul de Minas	Eletricista Predial - 2016	Ética e Direito do trabalho - 20h; Introdução à Informática Básica - 20h; Matemática Aplicada - 20h; Segurança do Trabalho, Segurança no trabalho da Eletricidade - 20h; Eletricidade Básica - 20h; Instalações Elétricas em Baixa Tensão - 50h; Eletrotécnica Básica - 30h; Medidas Elétricas - 20h (total 200 horas)	Realizar a instalação e manutenção elétrica predial de baixa tensão, de acordo com normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde; Atuar na instalação e manutenção predial, podendo trabalhar como autônomo ou mesmo em empresas que exijam esta qualificação	Idem ao PPC do Instituto Federal de Minas Gerais
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Eletricista Predial de Baixa Tensão - 2016	Língua Portuguesa Instrumental - 18h; Matemática Aplicada - 18h; Empreendedorismo - 18h; Eletricidade Básica - 21h; Instalações Elétricas de Baixa Tensão - 51h; Eletrotécnica Básica - 30h; Medidas Elétricas - 21h; Higiene e Segurança do Trabalho - 21h (total 198 horas)	Idem ao PPC do Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Elevação da escolaridade, sintonizando formação humana e formação profissional, com vistas à aquisição de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético-políticos, propícios ao desenvolvimento integral do sujeito.

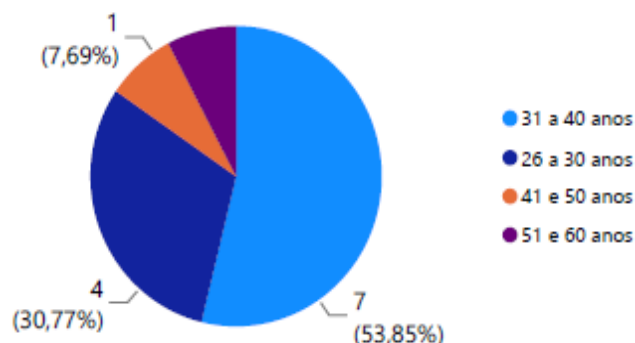
Fonte: Elaborado pelo autor (2021) com base no plano e PPCs.

4.2 Resultados do questionário aplicado na pesquisa

O questionário da pesquisa demonstrou a percepção dos concluintes em relação ao curso e sondou, na ótica deles, as potencialidades e desafios da abrangência da educação profissional na APAC de Paracatu. Inicialmente, mostra-se, nos gráficos a seguir uma mostra do perfil dos participantes, ilustrando a faixa etária e a escolaridade dos respondentes.

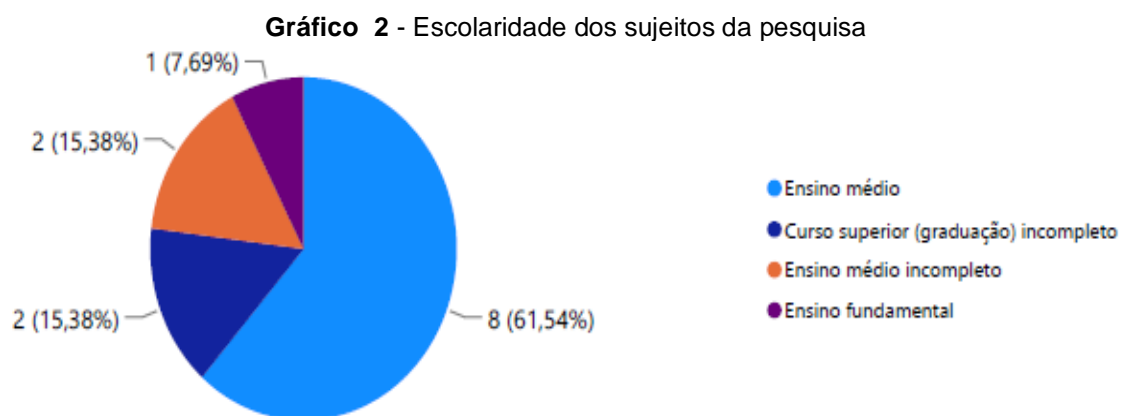
O Gráfico 1 apresenta a faixa etária dos participantes, dos quais, 7 (53,85% do total de 13 participantes) tinham de 31 a 40 anos. Outros 4 que responderam ao questionário, (30,77% dos respondentes), afirmaram estar na faixa de 26 a 30 anos. Apenas 1 deles (7,69% dos respondentes) informou possuir de 41 a 50 anos. Além disso, 1 outro participante (7,69% dos respondentes) respondeu ter de 51 a 60 anos.

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes da pesquisa



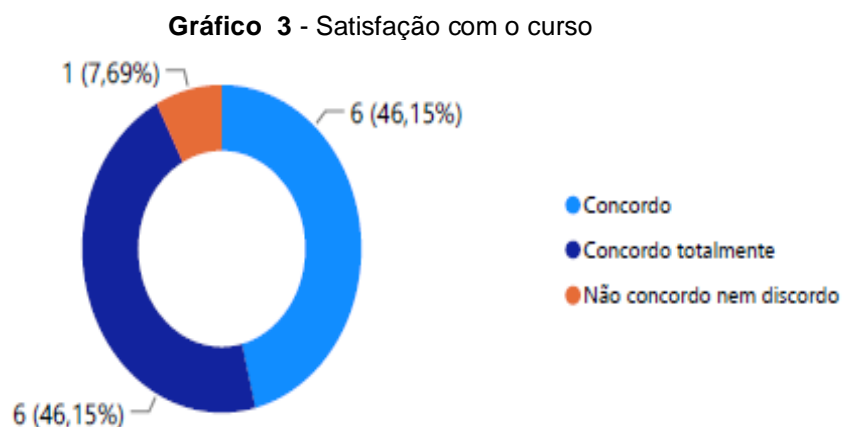
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A seguir, é exibido, no Gráfico 2, o nível de escolaridade dos concluintes do curso. O maior percentual, 8 participantes, concluiu o ensino médio, o que corresponde a 61,54% dos respondentes, dos quais 2 (15,38%) afirmaram ter ingressado no ensino médio, no entanto, não o concluíram. Possui o ensino fundamental: 1 dos inquiridos (7,69%). Afirmaram, ainda, ter ingressado no ensino superior 2 participantes, o que representa 15,38%.



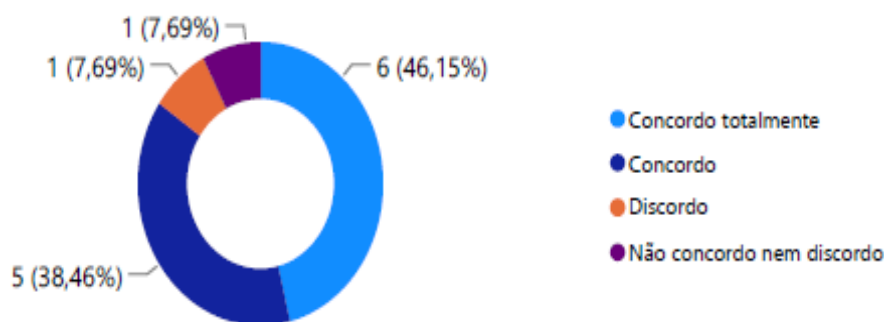
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O Gráfico 3 exibe o grau de concordância em relação à satisfação com o curso de qualificação profissional concluído. Dos respondentes, 12 (92,3%) expressaram concordar, ou concordar totalmente com a afirmativa. Não expressou nível de satisfação: 1 deles, o que representa (7,69%).



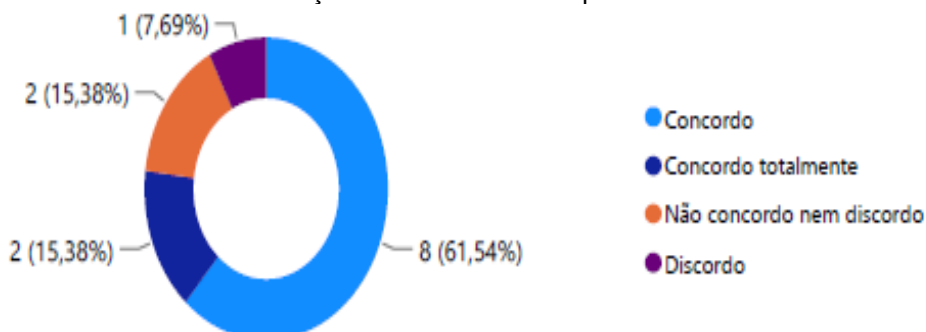
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Na questão se o curso possibilitou estabelecer integração entre teoria e prática, 1 (7,69%) esteve indiferente, 1 (7,69%) discordou e 11 (84,61%) dos respondentes concordaram, ou concordaram totalmente com a afirmativa, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Integração entre teoria e prática

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

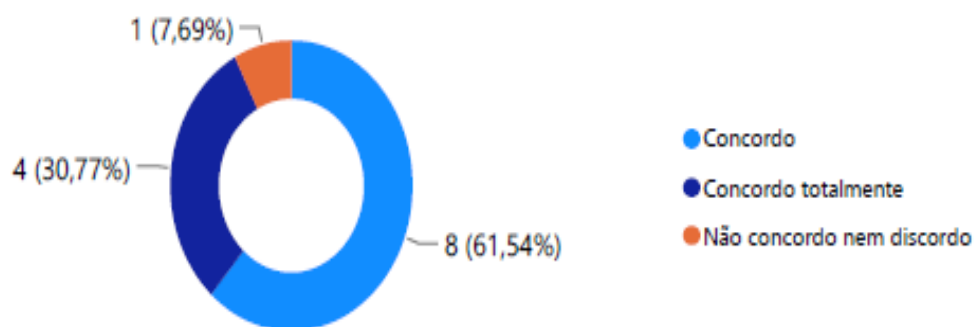
O Gráfico 5 apresenta o grau de concordância dos participantes acerca do questionamento se o curso havia favorecido a inserção na área elétrica, 10 (76,92%) dos respondentes concordaram, ou concordaram totalmente, 2 (15,38%) não manifestaram nenhum nível de concordância e 1 (7,69%) discordou.

Gráfico 5 - Inserção na área elétrica depois do curso

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Na sequência, apresenta-se a percepção dos concluintes do curso acerca das potencialidades e desafios da abrangência da educação profissional na APAC Paracatu.

O Gráfico 6 demonstra a percepção dos sujeitos da pesquisa sobre a busca dos gestores da APAC por estabelecer acordos/parcerias com instituições de ensino e a sociedade civil organizada para oferta de educação profissional aos recuperandos. Concordaram, ou concordaram totalmente com a afirmativa 12 (92,31%) respondentes. Mantiveram-se indiferentes 7,69% dos respondentes, percentual que representa 1 dos participantes da pesquisa.

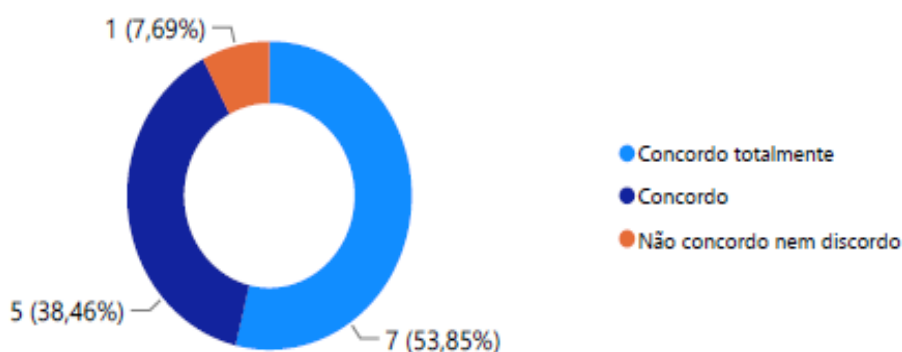
Gráfico 6 - Acordos/parcerias da APAC

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Também foi questionado aos participantes da pesquisa se o poder judiciário, ou se as instituições de ensino e a sociedade civil organizada buscavam estabelecer acordos/parcerias com a APAC para oferta de educação profissional aos recuperandos. Os respondentes também manifestaram, em sua maioria, que concordavam, ou concordavam totalmente.

Inferre-se que, na ótica dos participantes da pesquisa, existe um movimento coletivo dos diversos atores sociais na busca de oferta de educação profissional aos recuperandos da APAC. Apesar dos participantes não apontarem qualquer ator social responsável por entraves da abrangência da educação profissional, o contexto hodierno de pandemia apresenta-se como desafio para a sua expansão na APAC, sobretudo, na modalidade presencial.

Com relação ao nível de concordância sobre a infraestrutura da APAC favorável para receber outros cursos da educação profissional, 12 (92,31%) dos respondentes concordaram, ou concordaram totalmente com a afirmativa, conforme demonstra o Gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 - Infraestrutura da APAC

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As cargas horárias dos cursos de qualificação profissional variaram de 198 a 300 horas, sendo que, em 4 instituições de ensino, a carga horária total foi de 200 horas. Os cursos de 300 horas apresentaram maior número de componentes curriculares em relação aos demais. Os referidos cursos de 300 horas buscam abranger mais áreas de conhecimento. Entretanto, podem afastar o interesse de trabalhadores que procuram por cursos de formação inicial e continuada de rápida duração, podendo impactar também a permanência e o êxito escolar.

Todos os cursos foram estruturados em núcleos politécnicos, a saber: básico, articulador e tecnológico. Em relação ao perfil profissional do egresso, o plano de curso do IFTM evidenciou uma formação para execução de serviços técnicos da área elétrica em atendimento às normas vigentes. Contemplando além do previsto no plano de curso do IFTM, o PPC do curso do Instituto Federal do Sul de Minas destacou os cuidados com a saúde e segurança do trabalhador e as possibilidades de atuação profissional. De acordo com os PPCs dos outros 5 cursos, o perfil profissional esperado do egresso apresentou competências e habilidades que apontaram para uma formação holística, em observância às leis, à ética, à autonomia e à produção social coletiva.

Quanto às perspectivas, o plano de curso do IFTM apresentou preocupação com a extensão tecnológica junto à sociedade, bem como a promoção do direito à educação gratuita e de qualidade à população privada de liberdade. Os outros 6 PPCs aspiraram colocar em prática os preceitos da educação profissional nos IFs, que preconizam a formação integral do sujeito crítico e consciente.

4.3 Resultados e discussões das entrevistas

A análise das entrevistas teve o propósito de verificar a existência de ligação do curso com o processo de emancipação dos participantes da pesquisa. O Quadro 4 apresenta as categorias e subcategorias produzidas a partir dos resultados encontrados nas 7 entrevistas.

Quadro 4 - Categorias e subcategorias das entrevistas

Categorias	Subcategorias
Estigma	I) Discriminação da sociedade II) Cicatrizes do cárcere
Educação	I) Formação técnica II) Formação humana III) Satisfação com o curso e atuação docente
Trabalho	I) Falta de inserção na área de qualificação profissional II) Projeto de vida

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A seguir, é apresentada a análise das categorias estigma, educação e trabalho.

4.3.1 Categoria estigma

O estigma é como um rótulo que o indivíduo leva consigo. Porém, de modo negativo. Esse atributo é considerado um desvio pela sociedade, que inferioriza o sujeito.

Esta categoria analisou a sua relação com o trabalho, um dos elementos fundantes para a emancipação humana. A discriminação da sociedade perante as pessoas que passaram pelo sistema prisional e as cicatrizes provocadas nelas pelo encarceramento, na percepção dos entrevistados, impactam seus percursos de trabalho.

I Discriminação da sociedade

Para o egresso do sistema prisional, há um movimento de discriminação da sociedade, que desconsidera o seu nível de qualificação profissional e enfatiza o seu delito cometido: *i) “Aí teve um menino que tirou uma dúvida, falou assim, mas mesmo eu saindo aqui profissional, e lá na rua não tiver um cara profissional,*

entendeu? Vai contratar o cara que não é profissional, mas não vai me contratar eu, por causa da minha ficha” (Participante 7). ii) “É que a gente, é que a gente que ficou privado de liberdade, queira ou não, as portas ela fecha”. [...] “mas é, a gente que é privado de liberdade mesmo as portas fecha” (Participante 8).

O acesso ao mundo do trabalho se torna um entrave para aqueles que tiveram vivência prisional, pois ocorre que, mesmo com a qualificação profissional exigida para os postos formais de trabalho, “ter sido preso causa repúdio às pessoas que buscam a manutenção do capital. A passagem prisional é tida como uma experiência negativa que, certamente, não propiciou “recuperação” ao egresso” (PEREIRA, 2013, p. 153-154). No entanto, não é regra que o egresso do sistema prisional não conseguirá inserção laboral após o retorno ao convívio social. iii) *“Eu mesmo pra mim não foi dificuldade sair na rua, entendeu? E o pessoal falar, ahh, o pessoal, vai porta na cara, o pessoal vai fazer aquilo. Eu saí, graças a Deus, sai num dia, no outro dia eu já tava trabalhando”. [...] E até hoje eu nunca tive discriminação nem nada sobre essa área”.* (Participante 7).

Geralmente essa “inclusão” ocorre na informalidade, fora da área de qualificação profissional, voltada à execução de atividades manuais e exaustivas, como baixa remuneração, retratando uma continuidade do cumprimento da pena. Para Pereira, 2013:

“A sociedade contemporânea, em sua grande maioria, é favorável à acessibilidade do trabalho no que diz respeito ao egresso do sistema prisional. Porém, um trabalho árduo, insalubre e penoso, que deveria ter sido realizado na instituição como complementação da privação de liberdade” (PEREIRA, 2013, p. 154).

O egresso, além de ter que superar-se do estigma de ex-presidiário diante de uma sociedade segregadora, precisa ainda lidar com a precarização de sua força de trabalho.

II) Cicatrizes do cárcere

São perceptíveis as marcas deixadas pela privação de liberdade nos egressos. Para Pereira (2013, p. 155) “a autodiscriminação é um encontro do estigma consigo mesmo, ou seja, quando o egresso aceita e reforça a sua própria condição de egresso como eterna e acabada”. Esse sinal esteve presente nos relatos dos sujeitos. iv) *“Como se diz, né? um antecedente né? Ter passado na*

APAC, não tenho o antecedente igual os outro” (Participante 3). v) “[...] *porque negativo foi o que eu fui fazer, né, o que aconteceu comigo, fui preso, esse crime que eu cometi, e tudo isso foi uma situação negativa*” (Participante 1).

Pode-se inferir pelos relatos dos sujeitos da pesquisa, que o estigma apresenta impactos em suas relações de trabalho, este componente fundamental para a liberdade e autonomia humana.

4.3.2 Categoria educação

Esta categoria analisou a relação da educação e o processo de formação do sujeito crítico e consciente. Para Onofre e Julião (2013, p. 57) “há que se tomar a educação como um processo que cria condições para que o indivíduo se torne protagonista de sua história, que tenha voz própria, que adquira visão crítica da realidade onde está inserido” para que, assim, tenha a possibilidade de mudança da sua existência. Nesta categoria, a formação básica, a formação humana e a satisfação em realizar um novo curso apresentaram-se como pontos importantes destacados pelos participantes.

I) Formação técnica

Sobre a formação técnica profissionalizante adquirida através do curso, os participantes relataram que foi significativa e de qualidade: vi) “[...] *aprendizagem igual eu falo, aprendizagem que eu tive lá, assim, coisa que eu nunca tinha visto, nem sabia, eu procurei, passei a ter o conhecimento, sei que posso tirar o proveito disso, no futuro, é o que eu quero, é o que eu tô buscando*” (Participante 10). vii) “[...] *é [o] aprendizagem né, sobre eletricidade, cê entender o que que é elétrica, entrar no conhecimento da eletricidade, foi muito positivo pra mim*”. “[...] *o curso profissionalizante que a gente aprendeu aqui, foi de muita valia*” (Participante 1).

viii) “*Uai, como pessoa tive bom aprendizado, entendeu? Que o conhecimento, a melhor coisa que cê tem num curso, em qualquer escola, faculdade é o conhecimento das pessoas*”. [...] “*Uma coisa que pra mim serviu muito de experiência, até na vida aqui fora, na vida profissional. É algo que cê guarda, entendeu? Num curso, mas é uma coisa que cê vai guardar, que vai levar na sua caminhada pra frente, pra sempre. Pra mim foi de bom conhecimento*” (Participante 7).

Os participantes externaram a importância da formação técnica, o legado do conhecimento aprendido e as expectativas de utilizá-lo posteriormente.

II) Formação humana

De acordo com as exposições, os conteúdos ministrados no curso tentaram perpassar a formação técnica, visando uma qualificação para além do desenvolvimento de atividades relacionadas à área elétrica: ix) [...] *"foi muito edificante, e tá sendo muito edificante. Tanto na formação pro caráter e tudo, quanto na área profissional, ajudou muito"* (Participante 1).

x) "Cê aprende não só com eletricidade, mas cê aprende, entendeu? Como humano, com ser humano, altas coisas cê aprende na vida. E cê aprende a dialogar mais com as pessoa". "[...] é um tempo que cê passou isolado, mas que serviu de aprendizado pro cê, de uma escola pra cê crescer aqui na, na sociedade, ter respeito. Eu aprendi muito com esse curso, não pela eletricidade, mas como viver a vida de ser humano". "[...] aprendi no curso a como lidar com a sociedade, entendeu?" (Participante 7).

A partir do questionamento sobre qual o entendimento do que se refere uma formação humana integral, os participantes explicitaram de modo fragmentado: xi) *"[...] é a formação do..., no caráter, no profissional né? No intelectual do ser humano né?"* (Participante 1); xii) *"Oh, acho que isso envolve tudo né? Envolve o profissional, envolve o intelectual né? O cultural"* (Participante 3); xiii) *"[...] é um conhecimento que a gente aprende pra..., a conviver em grupos"* (Participante 7); xiv) *"Ah, pra mim conhecimento, profi..., profissionalização"* (Participante 8)

De acordo com Manacorda (2007), não se pode em plenitude desenvolver a omnilateralidade dos sujeitos na sociedade capitalista, pois, "se não há uma totalidade de forças produtivas, e uma totalidade de forças produtivas não pode ser dominada a não ser pela totalidade dos indivíduos livremente associados" (MANACORDA, 2007, p. 88).

A educação profissional nos espaços de privação de liberdade deve romper com a segmentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para Lima; Gomes; Santiago (2019, p. 718), "deve-se buscar a formação omnilateral, cuja efetivação no campo prático requer um fim à fragmentação das práticas pedagógicas".

III) Satisfação com o curso e atuação docente

Percebeu-se, pelos discursos, um sentimento de gratidão pela qualificação profissional. Quanto à satisfação com o curso e à assiduidade dos docentes durante

as aulas, os participantes destacaram: xv) *“O curso foi um curso bom, curso bastante bom, formação boa, entendeu? Ehh, um certificado de alto nível, que foi um certificado federal, não é qualquer um que tem um, um curso de um certificado de curso federal”* (Participante 10); xvi) *“[...] aí quando o IFTM chegou lá, os professor tudo e dando aquele suporte né, num cê via que era uma coisa assim, espontânea, né? Que tava tentando passar o máximo de conhecimento”* (Participante 3);

xvii) *“Professor acabava o curso, depois do curso dele, acabava de dar as aulas, ficava lá pra tirar as dúvida com a gente”. “[...] pra mim os pontos positivo foi o bom desempenho do professor, entendeu? Que ele explicou bem, tirou as dúvida”. “[...] Para nós lá tava numa roda de amigos. E tipo assim, a gente considera, entendeu? Um professor mesma coisa de uma família, entendeu? E a gente, entendeu? E o tratamento que a gente teve lá dentro com ele foi mesma coisa”* (Participante 7);

Há ênfase à satisfação do participante com o curso e com o professor; xviii) *“Agora em questão de ensinamento, pra mim foi perfeito, de todos os professor”. “[...] agradecer mermo, o Instituto que correu atrás pra nos dar nós essa oportunidade né? Cê vê que a oportunidade foi tão boa que eu mermo me sinto assim, honrado de hoje tá ajudano, através do curso né? “[...] Alguns deixou contato, falou se nós tivesse dúvida, se fosse pra seguir nessa carreira aqui fora, podia ligar, podia contar que ele tava pronto pra nos ajudar, nos auxiliar aqui fora”* (Participante 9);

A relação com os docentes foi satisfatória: xix) *“[...] eu vi o esforço dos professor lá todinho com, com cada um, atenção dada”. “[...] Eu mesmo só tenho que agradecer os professor tudo, todos eles que questão de dúvida, tirou tudinho as dúvida, deu a maior atenção”* (Participante 8).

Evidenciou-se que, além do reconhecimento de terem recebido uma educação de qualidade, houve aproximação, cuidado e respeito mútuo estabelecido na relação educador e educando. Embora o Participante 8 tenha mencionado a assiduidade do corpo docente no quesito esclarecimento de dúvidas dos conteúdos ministrados, este enfatizou a sua dificuldade em compreender os assuntos, principalmente no início do curso; xx) *“[...] porque pra mim, quando eu iniciei, eu iniciei assim, eu, eu tive uma dificuldade grande demais, eu não entendia nada, nada.”* (Participante 8).

Observou-se que a baixa escolaridade e o afastamento dos estudos por um longo período são fatores que tendem a impactar o processo de aprendizagem dos privados de liberdade.

4.3.3 Categoria trabalho

Muitas pessoas, antes de praticarem ato delituoso, enfrentaram obstáculo referente ao ingresso no mundo do trabalho, além da falta de reconhecimento de seus valores, sendo geralmente segregados de participar de um espaço social que caracteriza as suas identidades.

I) Falta de inserção na área de qualificação profissional

Martins e Carrano (2011, p. 52) entendem que “os problemas sociais advindos, em grande parte, da dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho (reforçada pela crise do desemprego) não possibilitam aos mesmos a construção de um espaço social próprio”.

Para os egressos do sistema prisional, em grande parte jovens, os entraves para inclusão no mundo do trabalho, no âmbito da qualificação profissional, revelaram-se significativos. As narrativas dos participantes demonstraram o interesse de atuarem na área elétrica e como essa necessidade é imediata para a subsistência, houve subvalorização da força de trabalho como possibilidade para introdução no campo de qualificação profissional.

xxi) [...] eu não tô atuando na área né? Eu primeiro tinha de ir como assistente, depois ir galgando né, ir aperfeiçoando”. “[...] hoje eu arrumei uma vaga de emprego, repositor de supermercado, né? Mas isso aí não é uma área profissional né? Porque não tem tanta habilidade assim, pra ser exigida, quanto à eletricidade. A eletricidade é um, é uma área mais profissional né? E pra gente é melhor, mas falta uma oportunidade, quem sabe? Uma hora, a gente poder trabalhar nesse ramo né? (Participante 1).

A necessidade de qualificação é nítida para se alcançar a dignidade no mundo do trabalho; xxii) “Não, não tô na área elétrica, mas de vez em quando a gente faz uns bico, de vez em quando, fora da hora de serviço, troca uma lâmpada, uma fiação, alguma coisa, arrumar tomada, interruptor, entendeu?” (Participante 7); xxiii) “[...] eu fiz o curso com a intenção de, de, de sair, arrumar um emprego”. “[...] eu também já tava perto de progredir, tive essa oportunidade lá, só que o que a porta que abriu pra mim já foi, não foi nesse ramo, foi ne outro.” (Participante 8);

xxiv) [...] apesar ainda de não ter tido alguma oportunidade”. “[...] “Porque sempre eles pede experiência, hoje em dia eles pede muito esse negócio, cê vai fichar num lugar, pede no mínimo seis meis de experiência, aí sô que eu tô procurando, vê se eu entro pelo menos de ajudante, pra ganhar experiência, pra tá exercendo esse cargo. (Participante 10).

Neste estudo, as características étnico-raciais e de classe social dos participantes vão ao encontro da realidade retratada por Laranjeira *et al.* (2016, p. 126), onde indicam que processos excludentes na sociedade contemporânea atingem “em maiores proporções jovens negros e pobres, ou seja, os componentes étnico-raciais, de classe, entre outros”. Segundo Onofre e Julião (2013) não há um delineamento coletivo da população carcerária, mas esta é constituída principalmente por pessoas de baixa renda.

Na busca de romper com os paradigmas impostos pela sociedade contemporânea, encontra-se, ainda que isolado, caso de inserção na área de formação profissional com vínculo regulamentado. Conforme Martins e Carrano (2011, p. 53), a juventude é multifacetada e [...] condições como a escolarização influenciam “na construção de identidades plurais”.

xv) [...] *aí depois que eu fiz esse curso, fui para o semiaberto né? Conheci o IFTM, aí continuei estudando, aí agora na época da pandemia, eu saí pra trabalhar, e tô numa empresa de Engenharia, Engenharia Elétrica*. [...] *“Mas né? A oportunidade foi lá, bateu na porta, o que que eu podia fazer né? Só aproveitar e foi uma porta, foi aberta pra mim sem comparação, o resultado de hoje né? Que hoje eu trabalho na área e tô correndo atrás.* (Participante 3).

Percebe-se que o Participante 3 teve a oportunidade de continuar o seu processo de escolarização após o curso de qualificação profissional concluído, o que pode ter influenciado nas suas relações de trabalho.

II) Projeto de vida

Os participantes entrevistados explicitaram suas perspectivas de vida fora do calabouço. Nesse sentido, Leão *et al.* (2011) discorrem que o projeto de vida:

[..] remete a um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetiva etc.) em um arco temporal mais ou menos largo. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p. 1072).

Os participantes falaram pouco sobre os projetos pessoais e apontaram principalmente para a esfera profissional: xxvi) “[...] *eu pretendo acabar esse curso de Engenharia, e atuar na área, numa, numa energia limpa, tipo né? Essas energia*

eólica, solar, tipo e desenvolver alguma tecnologia aí pra tá ajudando a sociedade” (Participante 3); xxvii) “[...] por enquanto minhas perspectiva tá no meu serviço, lá na onde que eu tô, na roça” (Participante 4).

xxviii) [...] eu tô querendo crescer, tipo assim, crescer lá dentro da empresa e daqui uns tempo eu, tá eu trabalhando, entendeu? Montar meu próprio negócio e crescer, entendeu?”. “[...] ano que vem montar uma empresa de alguma coisa e prestar serviço e conseguir tirar as pessoas que tá lá dentro onde que eu tava, entendeu? (Participante 7).

Para Alves e Dayrell (2015, p. 378), “os projetos de vida são carregados de valores, tanto individuais quanto dos grupos sociais nos quais vivemos”. Nesse sentido, as influências do grupo social podem ter motivado o Participante 7 a demonstrar preocupação em amparar os privados de liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou os impactos da educação profissional ofertada pelo IFTM - *Campus* Paracatu no CRS da APAC, estabelecimento prisional que surge como proposta de prisão humanizadora de execução penal. Sobretudo, analisou as suas contribuições e obstáculos para a formação omnilateral dos concluintes do curso EIPBT.

O estudo possibilitou conhecer as percepções dos concluintes em relação à qualificação ofertada e, ainda na ótica desses sujeitos, às potencialidades e aos possíveis desafios para expansão da educação profissional no CRS da APAC Paracatu.

As habilidades e competências desenvolvidas por meio do curso estiveram preponderantemente voltadas para a formação tecnicista da força de trabalho, corroborada pelas atividades relatadas por seus egressos.

Revelou-se que a qualificação recebida buscou em parte romper com a visão tradicional de educação, pois de modo incipiente esteve presente a concepção humanística e integral, estruturante da educação profissional para formação do educando.

O curso favoreceu ampliar a visão dos seus participantes em relação às possibilidades de verticalização dos estudos na instituição de ensino através de outras oportunidades de continuidade do itinerário formativo.

A oferta de educação profissional na perspectiva de emancipação da população em situação de privação de liberdade reivindica a participação ativa de todos os atores sociais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Estes precisam estar comprometidos com o planejamento, acompanhamento e consecução de cursos de qualificação profissional e de outras ações educativas de ensino, pesquisa e extensão no espaço prisional.

Este estudo contribuiu no sentido de ampliar a compreensão de seus participantes sobre a relação indissociável das categorias trabalho e educação, estas elementares ao princípio educativo do trabalho, à politecnia e à formação omnilateral.

Defende-se a concepção da educação profissional como instrumento viável para a formação humana integral de pessoas em situação de privação de liberdade, desde que as suas bases conceituais estejam imanentes aos conteúdos presentes

nos processos formativos dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Márcia de Souza Oliveira Paes Leme. **Educação, trabalho e reintegração social na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Ituiutaba/MG**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano, Campus Morrinhos. Morrinhos, p. 159. 2021.

ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. **Ser alguém na vida**: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 375-390, abr./jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ijep/a/zdrYMY7tZzdtfw7sTkPRNTD/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 23. nov. 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2019. Organizadores: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>>. Acesso em: 20. set. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 7.626, de 24 de novembro de 2011. **Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: dezembro de 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: <[eyJrIjoimjU2ZjA1ODktNDYxYi00ZDVlLWFKZTYtN2I3ZTI0Y2JjYjllIiwidCI6ImViMDk1NDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9](http://www.depen.gov.br/portal/verbo/eyJrIjoimjU2ZjA1ODktNDYxYi00ZDVlLWFKZTYtN2I3ZTI0Y2JjYjllIiwidCI6ImViMDk1NDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9)>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. INEP/MEC. **Educação em prisões**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei de Execução Penal n.º 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 10 jan 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. MEC/SETEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, 2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 23. Abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. **NR 10 – SEGURANÇA EM**

INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf>>. Acesso em: 21. out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Estudo preliminar: a metodologia APAC e a criação de vagas no sistema prisional a partir da implantação de Centros de Reintegração Social**. 2019. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/ouvidoria/EstudoPreliminarAMetodologiaAPACeCriacaodevagasnoSistemaPrisonalapartirdaImplantacaodeCentrosdeReintegracaoSocialSITE.pdf>>. Acesso em: 23. abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais**. Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Resolução nº 03 de 11 de março de 2009. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais**. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Brasília. Disponível em: <http://www.sinprors.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Ceb_n2>

[_2010.pdf](#)>. Acesso em: 23 set. 2020.

CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

_____. **Trabalho como princípio educativo**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França. (Orgs.) Dicionário da educação profissional em saúde. 2ª ed. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trab_princ_educativo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. **Ensino Integrado, a Politecnicia e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>>. Acesso em: 23. abr. 2020.

COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESP. **O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social**: Instituto Elo, 2013. 280p. Disponível em: <<http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>>. Acesso em: 16. ago. 2021.

CRUZ, E. H. A da. **Educação profissional no cárcere feminino: uma proposta emancipatória**. 203 f. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

FBAC. **Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. O que é APAC**. Disponível em: <<https://www.fbac.org.br/2021/pt/realidade-atual/o-que-e-apac>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

FERREIRA, V.; OTTOBONI, M. **Método APAC: Sistematização de processos**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Programa Novos Rumos, 2016. 150p.

FIGARO, R. **O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986/134334>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FREIRE, Paulo & FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**: revisão técnica e tradução do texto de Antonio Faundez: Heitor Ferreira da Costa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico de curso. FIC em Eletricista Predial de Baixa Tensão**. Campo Grande, 2016. Disponível em: <

inicial-e-continuada/projeto-pedagogico-curso-de-formacao-inicial-e-continuada-em-eletricista-predial-de-baixa-tensao-campo-grande.pdf>. Acesso em: 09. ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www2.ifmg.edu.br/portal/extensao/pronatec/cursos/cursos-fic/projeto-pedagogico-de-curso-eletricista-instalador-predial-de-baixa-tensao>>. Acesso em: 09. ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Político-Pedagógico do Curso Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão**. Porteirinha, 2016. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/porteirinha/FIC__Eletricista_Instalador_Predial_de_Baixa_Tensao_-_Plano_de_Curso_PPC.pdf>. Acesso em: 09. ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso: Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão**. Tucuruí, 2013. Disponível em: <<https://silo.tips/download/projeto-politico-pedagogico-do-curso-eletricista-instalador-predial-de-baixa-ten>>. Acesso em: 09. ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão na modalidade presencial**. Natal, 2012. Disponível em: <<https://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-qualificacao-profissional/pronatec/eletricista-instalador-predial-de-baixa-tensao/view>>. Acesso em: 09. ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Formação Inicial e Continuada (FIC). Curso Eletricista Predial**. Poços de Caldas, 2016. Disponível em: <https://portal.pcs.ifsuldeminas.edu.br/images/campus_pocos_caldas/pronatec/PPC_O_Eletriscista_Instalador_Predial_de_Baixa_Tenso.pdf>. Acesso em: 09. ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Plano do curso Formação Inicial e Continuada Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão**. Paracatu, 2016.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. 450 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

KAPLÚN, G. (2003). **Materiais educativos: experiência de aprendizado**. Revista Comunicação & Educação, 271, 46-60 p.

LARANJEIRA, Denise Helena Pereira; IRIART, Mirela Figueiredo Santos; RODRIGUES, Milena Santos. **Problematizando as transições juvenis na saída do ensino médio**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 117-133, jan/mar.

2016.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. **Juventude, projetos de vida e ensino médio**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out-dez. 2011.

LIMA, Willian Rayner; GOMES, Priscila de Lima; SANTIAGO, Léia Adriana da Silva. Estado do conhecimento: a Educação Profissional em situações de restrição de liberdade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 716-735. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13444>>. Acesso em: 25. mai. 2020.

LOURENÇO, Arlindo da Silva *et al.* Visitas técnicas em prisões, preconceitos e estigmas: descobrindo as gaiolas que nos prendem. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 293-312, jan/jun 2021. Disponível em: <<http://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/339/175>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas/SP. Editora Alínea. 2007.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Revista do Centro de Educação**, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan.-abr., 2011.

MIRABETE, J. F; FABBRINI, R. N. **Execução Penal**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MOURA, Marcos Vinicius (Org.). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: atualização junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em: 18. nov. 2019.

NR-10. **Conteúdo programático do curso**. Disponível em:<<https://www.curso-nr10.net/CursoNR10/certificado/verso.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2020.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/05.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2020.

PACHECO. E. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PEREIRA, Rafaela. O sujeito egresso: Trabalho e estigma. COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESP. **O egresso do sistema prisional:**

do estigma à inclusão social: Instituto Elo, 2013. 280p. Disponível em: <<http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>>. Acesso em: 16. ago. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da Politecnia**. Trab. educ. saúde. vol.1, n.1, p.131-152, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SILVA, Helil Bruzadeli Pereira da. Relatório de Avaliação da Política de Educação no Sistema Prisional. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 319-342, jul./dez. 2020. Disponível em: <<http://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/consultorias1/consultorias1>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: Como Ensinar**. Artmed Editora S.A: Porto Alegre, 1998.

APÊNDICE A - RELATO DO PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA

A elaboração, aplicação e validação de um produto educacional na área de ensino é um dos requisitos para conclusão do ProfEPT.

O PE deste estudo, conforme mencionado nos procedimentos metodológicos, foi um minicurso que visou estabelecer relação entre a NR-10 e as bases conceituais da EPT, elaborado com a contribuição dos participantes, a partir dos resultados da pesquisa. O plano estruturado para condução do minicurso está no Apêndice I deste trabalho. Estimulou-se a reflexão holística do público presente em sua aplicação.

O objetivo geral do minicurso consistiu em refletir de modo participativo sobre a Norma Regulamentadora 10 (NR-10) "Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade" à luz das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Sendo os seus objetivos específicos, apresentar a NR-10 e tópicos relacionados ao seu Anexo III - curso de Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade; articular o conteúdo da NR-10 com as bases conceituais da educação profissional; favorecer a conclusão crítica do treinamento preconizado no item 10.8.8 da NR-10 - Anexo III e discutir sobre uma cooperativa de trabalho.

Este material educativo foi elaborado à luz de Kaplún (2003), Zabala (1998) e Freire e Faundez (1985).

Kaplún (2003) apresenta os eixos "conceitual, pedagógico e comunicacional" para elaboração e investigação de materiais educativos.

O autor caracteriza um material educativo como algo inerente a colaborar na interação com o aprendiz, ou seja, que tenha um alcance transformador, no sentido de maior eficácia para tal. De acordo com o eixo conceitual de Kaplún (2003) é necessário delimitar as ideias primordiais que serão abordadas por meio do material educativo, assim como a temática da qual se pretende proporcionar à vivência do aprendiz. O eixo conceitual relaciona-se à seleção e organização de conteúdo.

Segundo Zabala (1998), os conteúdos procedimentais envolvem o conhecimento de ações ordenadas; os conceituais estão vinculados ao aprendiz de conjunto de símbolos; já os conteúdos atitudinais envolvem valores como o trabalho em equipe.

Para Kaplún (2003), o eixo pedagógico se apresenta como articulador entre o eixo conceitual e comunicacional. Em síntese, o eixo pedagógico aponta para o

percurso no qual se convida o sujeito a tomar com ponto inicial. Para tanto, incorre na análise dos destinatários da mensagem. O eixo comunicacional propõe através de instruções um modelo concreto de relação com os receptores.

O PE também foi pensado à luz Freire e Faundez (1985) que consideram a “problematização, contextualização e dialogicidade”. Metodologicamente a aplicação do PE alicerçou-se na interação dialógica com os sujeitos pesquisados.

A sua aplicação ocorreu no dia 01 de agosto de 2021, domingo, sendo este o único dia da semana disponível na agenda da maioria dos participantes. Respeitaram-se os protocolos contra a Covid-19 relatados anteriormente neste trabalho. O PE foi aplicado na modalidade presencial, em uma das salas de aula do IFTM - *Campus Paracatu* e contou com a presença de 8 participantes.

O minicurso teve duração aproximada de 2h30. Antes do seu início foi servido um café da manhã; em seguida, houve um primeiro momento de interação que durou cerca de 1 hora. Após breve pausa, aconteceu a segunda parte com carga horária em torno de 1h30. Depois da aplicação do PE ocorreu um período adicional de reflexão sobre a temática, e as atividades foram concluídas com um almoço.

Com consentimento prévio dos participantes, realizou-se a gravação da aplicação do produto através da plataforma *Google Meet*. Seu registro também aconteceu por meio de fotografias tiradas durante o encontro. A seguir, a Figura 3 apresenta um registro fotográfico da sua aplicação.

Figura 3: Aplicação do PE

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

O material educativo utilizado para estruturar as reflexões durante o minicurso se encontra no Apêndice J deste trabalho e foi avaliado por seus participantes, conforme questionário presente no Apêndice G, tendo os resultados da sua avaliação publicados no Apêndice H. Para maior interatividade com o material educativo, converteu-se o conteúdo da sua apresentação para o formato de vídeo, encaminhando-o aos participantes para posterior estudo.

Quanto ao curso básico de NR-10 ofertado por instituição parceira a pesquisa, também mencionado nos procedimentos metodológicos, este tem conteúdo programático contendo carga horária de 40 horas, em consonância com o estabelecido no próprio texto da NR-10. O curso poderá ser acessado por um período de 6 meses e foi concluído por 6 dos 11 participantes que manifestaram interesse em fazê-lo. A autenticidade dos certificados emitidos pela empresa pode ser validada na plataforma acessando <<https://www.curso-nr10.net/CursoNR10/validar/certificado.jsp>>.

O produto educacional se encontra disponível para acesso na plataforma EduCAPES, através do link: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717474>.

APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender às exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Paracatu/MG, tomei conhecimento e concedo autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ALÉM DAS GRADES: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PARACATU/MG”, sob a responsabilidade do mestrando Getúlio Albernaz Lobo, matrícula 192019700003, do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília e sob a orientação do professor Doutor Ricardo Faustino Teles. Serão assegurados os termos da Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento desta pesquisa, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Paracatu/MG, _____/_____/_____

NOME: _____

ASSINATURA: _____

CARGO: _____

CARIMBO DO/A RESPONSÁVEL

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de maneira voluntária e por livre e espontânea vontade da pesquisa intitulada “**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ALÉM DAS GRADES: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PARACATU/MG**” sob a responsabilidade do pesquisador Getúlio Albernaz Lobo do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília e sob a orientação do professor Doutor Ricardo Faustino Teles.

Buscando-se conhecer em maior profundidade as contribuições, limites e desafios da educação profissional, o tema principal deste estudo trata da possível relação entre um curso de extensão e seus impactos na formação humana integral das pessoas que o concluíram dentro de uma unidade da APAC.

Apresentam-se a seguir os **objetivos da pesquisa**.

Geral

Investigar em que medida uma ação extensionista através de curso da EPT é condição favorável para formação omnilateral de recuperandos e egressos da APAC masculina de Paracatu-MG.

Específicos

- Conhecer a percepção dos concluintes tocante ao curso;
- Levantar potencialidades e desafios da abrangência da Educação Profissional no cotidiano de uma APAC;
- Analisar as habilidades e competências previstas a serem desenvolvidas por meio do curso e sua relação com as atividades profissionais da formação;
- Verificar a existência de ligação do curso com o processo de emancipação dos participantes.

Nesta pesquisa não há riscos químicos ou físicos. Os eventuais riscos podem afetar a dimensão psicológica dos participantes e estão relacionados principalmente a incômodos, constrangimentos, ansiedade ou timidez causados pela possível falta de compreensão profunda acerca do assunto que é o objeto de estudo, ou pelas perguntas presentes nos questionários semiestruturados e/ou entrevistas semiestruturadas. Portanto, para atenuar esses riscos, os procedimentos contarão com explicações prévias do pesquisador responsável com o objetivo de sanar as possíveis dúvidas dos participantes. Assim sendo, os participantes terão liberdade para a qualquer momento realizarem perguntas e questionamentos. Quanto aos riscos em relação aos direitos, segurança e proteção dos participantes levando-se em consideração a pandemia do novo Coronavírus, caso seja necessária a realização de alguma etapa da pesquisa em ambiente virtual serão respeitadas integralmente as orientações preconizadas no OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro de 2021 e em conformidade com as diretrizes das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016.

Destaca-se como **benefício** o anseio de contribuir com o aprimoramento da educação profissional no sistema prisional da APAC. Também se elenca como benefício a publicização de pesquisa de uma temática de extrema relevância e pouco explorada no meio acadêmico.

Você está ciente e concorda que não pagará, nem receberá nenhuma contrapartida financeira por participar deste estudo.

Você poderá obter informações complementares acerca da pesquisa em contato com o pesquisador responsável, Getúlio Albernaz Lobo, pelo telefone celular: (38) 99975-7447, e/ou através do e-mail: getulioalobo@gmail.com.

Será garantido a você total privacidade e sigilo, não sendo divulgado em nenhuma hipótese seu nome, endereço, documentos ou outro dado pessoal que possa revelar a sua identidade. Também não haverá qualquer exposição em relação à sua segurança.

Pela metodologia utilizada nesta pesquisa, justifica-se também o uso do **termo para uso de imagem e/ou voz**. Portanto, além deste TCLE, o participante

deverá ter acesso, ciência e expressar livremente a sua autorização no documento intitulado **termo para uso de imagem e/ou voz**.

Você poderá se recusar a participar deste estudo, assim como retirar o consentimento no decorrer da pesquisa, sem necessidade de justificativa e sem sofrer quaisquer prejuízos.

Eu, _____
_____, CPF: _____, declaro que estou ciente das informações presentes neste TCLE e aceito por livre e espontânea vontade participar da pesquisa intitulada **“EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ALÉM DAS GRADES: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PARACATU/MG”**.

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do IGESDF (e-mail: cep@igesdf.org.br, telefone: (61) 3550-9167, Endereço: Setor Médico Hospitalar Sul – Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70335-900). Entre em contato caso tenha ou queira alguma informação a respeito dos aspectos éticos envolvendo este estudo.

Se concordar em participar, você receberá uma via desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a outra via será arquivada pelo pesquisador.

Paracatu/MG, ____/____/____

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA**Bloco I - Identificação**

Nome completo:

Endereço completo:

Telefone residencial:

Telefone celular:

E-mail:

1) Qual a sua faixa etária? (Marque apenas uma resposta)

18 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 40 anos

41 e 50 anos

51 e 60 anos

Mais de 60 anos

2) Qual o seu maior nível de escolaridade? (Marque apenas uma resposta)

Alfabetizado

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental

Ensino médio incompleto

Ensino médio

Curso superior (graduação) incompleto

Curso superior (graduação)

Outro grau de escolaridade Qual? _____

3) Em relação a APAC.

- Ainda estou na APAC
- Não estou mais na APAC

Bloco II – Percepção sobre o curso

4) Os conteúdos ministrados durante o curso atingiram a expectativa de qualificação profissional.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

5) As aulas permitiram reflexão e aprendizado de conteúdos técnicos relacionando teoria e prática de conceitos sobre eletricidade.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

6) O curso favoreceu a inserção na área de elétrica.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

7) As aulas proporcionaram reflexão acerca da importância da formação humana na vida das pessoas.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

8) A aproximação com a educação profissional por meio do curso “Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão” despertou o interesse em continuar os estudos.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

Bloco III – Potencialidades e desafios da educação profissional no sistema prisional da APAC

9) Tenho interesse em participar de outros cursos da educação profissional.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

10) Os gestores da APAC buscam estabelecer acordos/parcerias com instituições de ensino e a sociedade civil organizada para oferta de educação profissional aos recuperandos.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Concordo
- () Concordo totalmente

11) As instituições de ensino e a sociedade civil organizada buscam estabelecer acordos/parcerias para oferta de educação profissional aos recuperandos da APAC.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Concordo
- () Concordo totalmente

12) O poder judiciário busca estabelecer acordos/parcerias com instituições de ensino e a sociedade civil organizada para oferta de educação profissional aos recuperandos da APAC.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Concordo
- () Concordo totalmente

13) A APAC possui estrutura física favorável para receber outros cursos da educação profissional.

-) Discordo totalmente
-) Discordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Concordo
-) Concordo totalmente

Bloco IV – Interesse em ser entrevistado

14) Você tem interesse em participar da entrevista vinculada a esta pesquisa?

-) Sim
-) Não

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Na sua compreensão o curso potencializou a sua formação profissional e pessoal? Em quais aspectos?
- 2) No seu entendimento, a educação profissional pode contribuir para a formação nas dimensões do trabalho, da ciência e da cultura?
- 3) O curso permitiu refletir acerca da formação de profissionais a atuarem no mundo do trabalho para além do exercício de atividades exclusivamente manuais?
- 4) Em sua opinião, o curso possibilitou em algum momento problematizar sobre a educação profissional como instrumento da liberdade? Houve diálogo sobre autonomia, pensamento crítico, participação social e política?
- 5) Para você o que é a formação humana integral de pessoas?
- 6) Quais são seus projetos e perspectivas para o futuro?
- 7) Sobre o curso “Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão”, quais foram os seus pontos positivos e negativos?
- 8) Você gostaria de fazer suas considerações finais ou falar sobre algum determinado assunto que julga ser importante e que não foi perguntado?

APÊNDICE F – TERMO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Título do projeto: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ALÉM DAS GRADES: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PARACATU/MG

Instituição do/a ou dos/(as) pesquisadores(as): Instituto Federal de Brasília

Pesquisador(a) responsável: Getúlio Albernaz Lobo

Objetivo principal da pesquisa: Investigar em que medida uma ação extensionista através de curso da EPT é condição favorável para formação omnilateral de recuperandos e egressos da APAC masculina de Paracatu-MG.

Eu, _____,

Nacionalidade _____, Estado Civil _____,

Residente à _____,

Portador do RG nº _____, CPF _____,

AUTORIZO, expressamente, para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, a utilização de minha voz e da minha imagem, em qualquer meio de comunicação, inclusive nas mídias sociais, em todo o território nacional e no exterior pelo Instituto Federal de Brasília, por prazo indeterminado, em caráter definitivo e gratuito, no que se refere as fotos e filmagens, nada tenho a reclamar quanto ao seu uso.

O participante declara que está ciente de que não haverá pagamento financeiro de qualquer natureza neste ou em qualquer momento pela cessão das fotografias, dos vídeos e/ou da voz, e que está ciente que pode retirar seu

consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, salvo os materiais científicos já publicados.

É vedado ao pesquisador responsável utilizar as fotografias, os vídeos e/ou a voz para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. O(s) pesquisador(es) declaram que o presente estudo/pesquisa será norteado pelos normativos éticos vigentes no Brasil.

Por esta ser a verdadeira expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos e danos morais, de uso de imagem e/ou voz, conexos à minha imagem ou a qualquer outro, razão pela qual assino a presente autorização.

Estando de acordo, o participante de pesquisa e o pesquisador responsável assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante.

Paracatu/MG, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA

Bloco I – Percepção sobre o minicurso

1) Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa:
“Identifiquei o tema central do minicurso”.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo totalmente

2) Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O minicurso conseguiu associar a Norma Regulamentadora 10 aos principais conceitos da Educação Profissional e Tecnológica”.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo totalmente

3) Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O minicurso proporcionou a minha reflexão sobre a Norma Regulamentadora 10 e os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica”.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo totalmente

4) Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O minicurso possibilitou a minha participação ativa durante a sua aplicação”.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

5) Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O conteúdo do minicurso apresenta textos e imagens de fácil entendimento”.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

6) Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O modo como o minicurso foi ministrado favoreceu a minha aprendizagem”.

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

Bloco II – Perguntas abertas que você pode responder de maneira espontânea

7) O que mais te agradou no minicurso?

8) O que menos te agradou no minicurso?

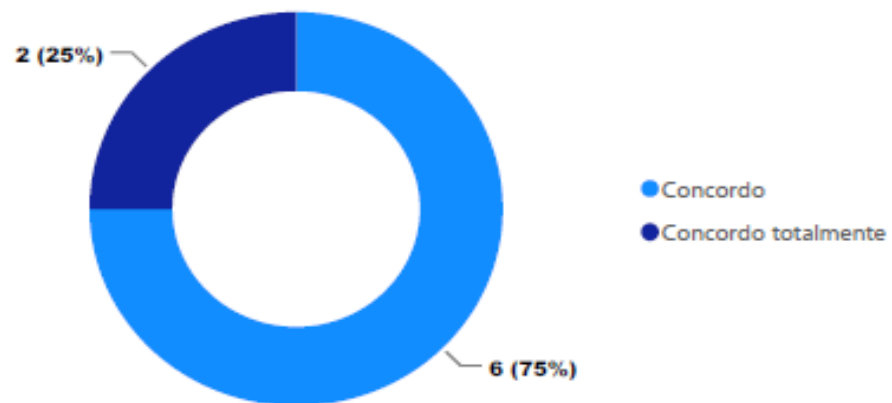
9) Você tem alguma sugestão para ser implementada neste minicurso?

10) Você sugere que outro material educativo acompanhe este minicurso?

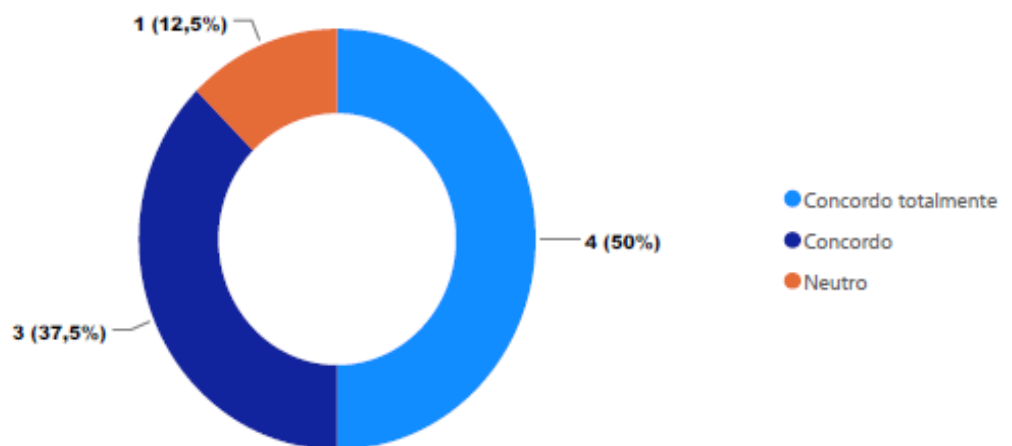
Exemplos: Cartilha, Guia ou outro?

APÊNDICE H – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

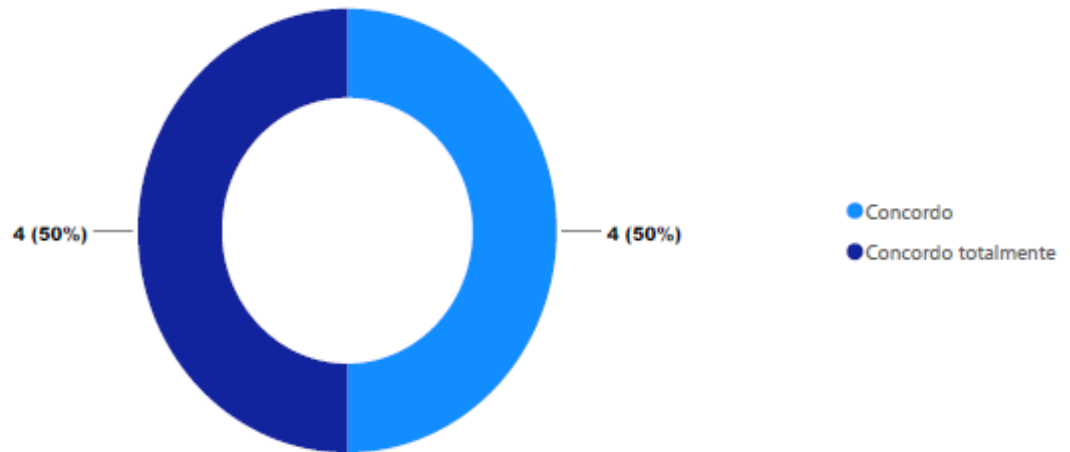
Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “Identifiquei o tema central do minicurso.”



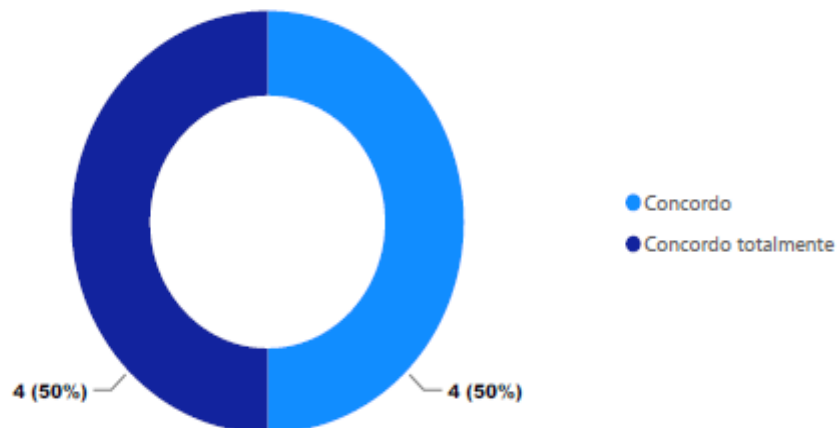
Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O minicurso conseguiu associar a Norma Regulamentadora 10 aos principais conceitos da Educação Profissional e Tecnológica.”



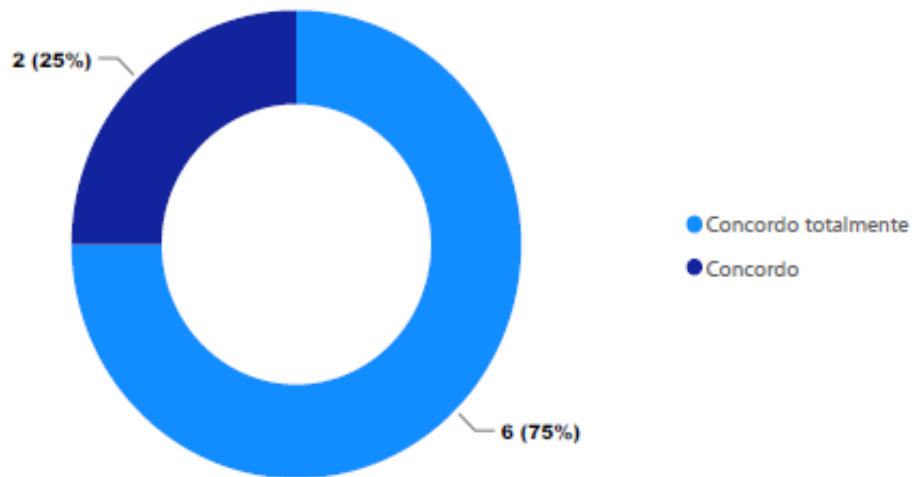
Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O minicurso proporcionou a minha reflexão sobre a Norma Regulamentadora 10 e os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica.”



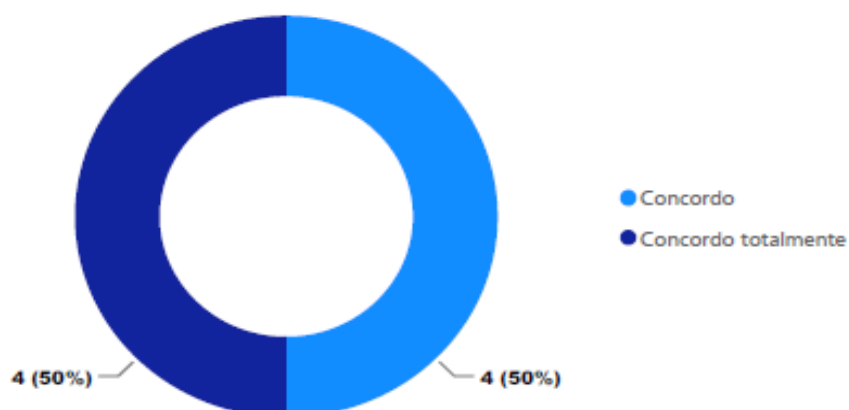
Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O minicurso possibilitou a minha participação ativa durante a sua aplicação.”



Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O conteúdo do minicurso apresenta textos e imagens de fácil entendimento.”



Qual é o seu nível de concordância em relação à seguinte afirmativa: “O modo como o minicurso foi ministrado favoreceu a minha aprendizagem.”



Você tem alguma sugestão para ser implementada neste minicurso?

precisa
teórica
frequente
falou
prático
aula
tudo
módulo
tempo

Você sugere que outro material educativo acompanhe este minicurso? Exemplos: Cartilha, Guia ou outro?

portilha
compreender
Cartilhas
rever
Precisa
ficaria
Cartilha

APÊNDICE I – PLANO DO MINICURSO

PLANO DO MINICURSO “NORMA REGULAMENTADORA 10 À LUZ DOS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA”

1. Identificação do minicurso

1.1 Título do minicurso: Norma Regulamentadora 10 à luz dos conceitos da Educação Profissional e Tecnológica

1.2 Eixo: Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

1.3 Modalidade: Presencial

1.4 Área de abrangência: Paracatu/MG

1.5 Local de oferta: IFTM Campus Paracatu

1.6 Carga horária total: 2h30

1.7 Público-Alvo: Concluintes do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (EIPBT) ofertado na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Paracatu/MG.

1.8 Realização: Agosto de 2021

2. Justificativa

O minicurso foi elaborado na perspectiva de discutir a relevância da norma regulamentadora de "Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade" para o cotidiano dos profissionais atuantes na área elétrica, relacionando-a ao caráter emancipatório e crítico da EPT.

Desta forma estuda os conteúdos da NR-10 e as bases conceituais da EPT, englobando a politecnicidade, a formação humana integral e o princípio educativo do trabalho.

Neste sentido, visa colaborar para a reflexão dos cursistas a respeito da NR-10 e as suas relações com as bases conceituais da EPT.

3. Objetivos do minicurso

3.1 Objetivo geral

Refletir de modo participativo sobre a Norma Regulamentadora 10 (NR-10) "Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade" à luz das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

3.2 Objetivos específicos

- Apresentar a NR-10 e tópicos relacionados ao seu Anexo III – curso de Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade;
- Articular o conteúdo da NR-10 com as bases conceituais da Educação Profissional;
- Favorecer a conclusão crítica do treinamento preconizado no item 10.8.8 da NR-10 - Anexo III;
- Discutir sobre uma cooperativa de trabalho.

4. Conteúdo programático

- Definição de normas regulamentadoras;
- Objetivo e campo de aplicação da NR-10;
- Contextualização sobre trabalho;
- Bases conceituais da EPT;
- O homem e a eletricidade;
- NR-10 e as relações de trabalho;
- Estrutura e importância da NR-10;
- NR-10 e o cotidiano;
- Integração da NR-10 e a EPT;
- Debate sobre uma cooperativa de trabalho;
- Relação educação e trabalho.

5. Metodologia

O minicurso será ministrado na modalidade presencial, favorecendo a participação ativa e a interação entre os cursistas e professor/mediador, discutindo os assuntos relacionados no conteúdo programático.

Os participantes terão acesso, no formato de vídeo, ao material exposto durante a realização do minicurso.

6. Recursos

6.1. Recursos humanos

- Professor Orientador: Dr. Ricardo Faustino Teles
- Professor/Mediador: Getúlio Albernaz Lobo

6.2. Recursos Materiais

- Plataforma de designer gráfico Canva (canva.com)

6.3. Recursos instrucionais

- Computador com acesso à internet e projetor

APÊNDICE J – APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



NORMA REGULAMENTADORA 10 À LUZ DOS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Mestrando: Getúlio Albernaz Lobo
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Faustino Teles



Objetivo geral do minicurso

Refletir de modo participativo sobre a Norma Regulamentadora 10 (NR-10) "Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade" à luz das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Objetivos específicos

- Apresentar a NR-10 e tópicos relacionados ao seu Anexo III - curso de Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade.
- Articular o conteúdo da NR-10 com as bases conceituais da Educação Profissional.
- Favorecer a conclusão crítica do treinamento preconizado no item 10.8.8 da NR-10 - Anexo III.
- Discutir sobre uma cooperativa de trabalho.

O que é uma norma regulamentadora?

As normas regulamentadoras podem ser definidas como o conjunto de disposições e procedimentos técnicos relacionados à segurança e saúde do trabalhador em determinada atividade ou função.

ABORDAREMOS



Fonte: <https://www.tagout.com.br/blog/o-que-sao-as-normas-regulamentadoras/>

Objetivo e campo de aplicação da NR-10

Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

Fonte: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf/view>

Para você, qual imagem melhor representa trabalho?



Mas, afinal, o que é trabalho?

1. Aplicação da atividade física ou intelectual; 2. atividade humana aplicada à produção da riqueza; 3. ocupação, emprego; 4. tarefa; 5. obra executada ou em via de execução; 6. ação de um maquinismo; 7. lida, luta, fadiga, esforço; 8. estudo ou escrito sobre algum assunto; 9. discussões ou deliberações de uma corporação, sessão; 10. cuidados, aflições; 11. empreendimentos.

Fonte: Minidicionário Soares Amora, 2008

É possível darmos outra definição para trabalho?

Ação humana que transformou e transforma o mundo à sua volta e a si mesmo.



SIM



Em qual sentido do trabalho nos enxergamos?



Como produção da existência humana?

Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho (SAVIANI, 2003, p. 133).



Como satisfação da necessidade humana?

Sentido econômico, trabalho assalariado e associado à produção de riqueza.

E os animais, também trabalham?



Os animais têm sua existência garantida pela natureza e, por consequência, eles se adaptam à natureza.



Os animais também agem, também exercem uma atividade, mas essas atividades não são guiadas por objetivos. Eles não antecipam mentalmente o que vão fazer, mas o homem sim.

Fonte: Saviani, 2003, p. 133

Você sabia?

A EPT busca dar sentidos ao trabalho humano na perspectiva de sua formação em plenitude.



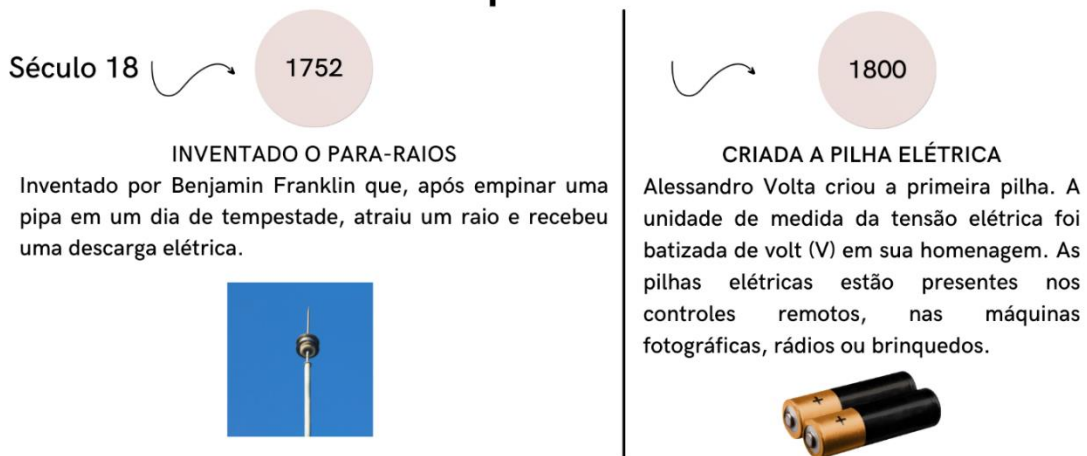
Fonte: Sousa, 2019 (adaptada)

Ação humana e seus impactos na eletricidade

Você já parou para pensar que a ação humana também modificou e modifica a área elétrica ao longo dos anos?

Podemos exemplificá-la com algumas mudanças por meio de uma linha do tempo.

Linha do tempo da eletricidade



Fonte: <https://energiaquetransforma.org.br/timeline.html>

Linha do tempo da eletricidade

Século 19

1809

ORIGEM DA LÂMPADA INCANDESCENTE

A lâmpada incandescente teve seus primórdios em 1809, quando Humphry Davy colocou pela primeira vez um filamento de carbono entre os dois polos de uma bateria.



1831

INVENTADO O GERADOR ELÉTRICO

Michael Faraday transformou a energia mecânica em energia elétrica com sua invenção conhecida também como dínamo.



Fonte: <https://energiaquetransforma.org.br/timeline.html>

Linha do tempo da eletricidade

Século 20

1901

1ª TRANSMISSÃO DE RÁDIO

A primeira transmissão de rádio feita através do Atlântico aconteceu em 1901. Essa experiência abriu novos caminhos para a utilização dos fenômenos elétricos nas atividades humanas.



1989

LÂMPADAS DE LED SÃO COMERCIALIZADAS

Embora já existissem os LEDs vermelhos e os LEDs verdes, apenas com a chegada dos LEDs azuis foi possível produzir lâmpadas de Luz Branca, com a combinação das três cores. As lâmpadas de Light Emitting Diode, em português, Diodo Emissor de Luz (LED) começam a ser comercializadas em 1989. Sua tecnologia, no entanto, começou a ser desenvolvida em 1961.



Fonte: <https://energiaquetransforma.org.br/timeline.html>

Linha do tempo da eletricidade

Século 21

2003

INSTITUÍDO O PROGRAMA NACIONAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFICAÇÕES - PROCEL EDIFICA

O Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel Edifica) promove o uso consciente da energia elétrica nas edificações e o uso eficiente dos recursos naturais (água, luz, ventilação etc.) nas edificações, reduzindo desperdícios e impactos sobre o meio ambiente.



Fonte: <https://energiaquetransforma.org.br/timeline.html>

2012

LÂMPADA INCANDESCENTE DE 60 WATTS SAI DO MERCADO

A proibição da venda das lâmpadas incandescentes no país ajudou a estimular a adoção de opções mais econômicas e duráveis, como o LED. As lâmpadas incandescentes consomem mais energia e possuem menos durabilidade que as compactas fluorescentes ou as de LED.



Contradições do trabalho humano na manipulação da eletricidade



Eletricidade usada para favorecer a mobilidade de pessoas com deficiência.



Eletricidade utilizada contra o próprio ser humano.

A NR-10 e as relações de trabalho

A quem interessa o cumprimento da NR-10?

- Governo?
- Empregadores?
- Trabalhadores?
- Todos?



Estrutura da NR-10

MEDIDAS DE CONTROLE

- Controle do risco elétrico;
- Prontuário de Instalações Elétricas;
- Medidas de proteção coletiva;
- Medidas de proteção individual.

SEGURANÇA EM PROJETOS

- Impedimento da reenergização;
- Esquema de aterramento elétrico;
- Memorial descritivo do projeto.

SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

- Garantia da segurança e da saúde;
- Controle dos riscos adicionais;
- Inspeção dos sistemas de proteção.

SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DESENERGIZADAS

- Sequência de procedimentos apropriados de desenergização;
- Sequência de métodos adequados para reenergização.

SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ENERGIZADAS

- O trabalhador deve receber treinamento de segurança conforme anexo III da NR-10.

TRABALHOS ENVOLVENDO ALTA TENSÃO (AT)

- Segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP);
- Proibição de trabalho individual.

Fonte: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf/view>

Estrutura da NR-10

HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, CAPACITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

- Necessidade de aprovação da empresa;
- Realização de treinamento de atualização.

PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E EXPLOÇÃO

- Necessária onde houver instalação ou equipamentos elétricos;
- Obrigatória em ambientes com atmosferas potencialmente explosivas.

SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

- Identificação de circuitos elétricos
- Delimitações de áreas;
- Sinalização de impedimento de energização.

PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

- Devem ser precedidos de ordens de serviços;
- Realização de análise prévia de riscos em equipe.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Capacitação para realizar primeiros socorros a acidentados;
- Aptidão para atuação na prevenção e combate a incêndio.

RESPONSABILIDADES

- Cabe à empresa informar os riscos aos trabalhadores;
- Cabe ao trabalhador comunicar riscos a sua saúde e segurança.

Fonte: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf/view>

Acidentes com eletricidade

O choque elétrico é a passagem de corrente elétrica pelo corpo.



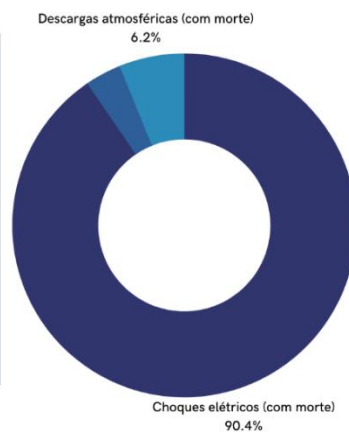
O curto-circuito gera um arco elétrico voltaico que possui alta temperatura.



As descargas atmosféricas são descargas elétricas de elevada intensidade e são provocadas por fenômenos da natureza.



Panorama de acidentes com eletricidade no Brasil em 2020



Fonte: Abracopel, 2021, p. 21

Importância da NR-10

- ✓ Em síntese a NR-10 visa implementar procedimentos para prevenção e redução de acidentes de origem elétrica que envolvam profissionais da área e pessoas leigas.

Assuntos abordados no curso de NR-10



Riscos em instalações e serviços com eletricidade



Medidas de controle do risco elétrico



Equipamentos de proteção individual



Riscos adicionais



Proteção e combate a incêndios



Primeiros socorros

Do conteúdo programático previsto para o curso básico de NR-10 o que pode ter aplicabilidade imediata em nosso dia a dia?

- Conscientização para os perigos da eletricidade;
- Análise dos riscos presentes nos ambientes;
- Utilização adequada de equipamentos de proteção individual;
- Noções básicas de proteção e combate a incêndios;
- Primeiros socorros às vítimas de acidentes.

Há possibilidade de colocarmos em prática a NR-10 integrada aos conceitos da EPT?



Fundação de uma cooperativa de eletricitistas, projeto interessante?



Cooperativas de trabalho

A LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012, também dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.

Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm

Princípios e valores das cooperativas de trabalho

Adesão voluntária e livre	Gestão democrática	Participação econômica dos membros
Autonomia e independência	Educação, formação e informação	Intercooperação
Interesse pela comunidade	Preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa	Não precarização do trabalho
Respeito às decisões de assembleia	Participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social	

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm

Funcionamento das cooperativas de trabalho

É gerida de forma democrática, sendo assim, as principais decisões, a eleição da diretoria e conselheiros, bem como a política de distribuição dos resultados são definidas em Assembleia Geral, na qual todos os cooperados têm voz e poder de decisão com o seu voto.

Estimula o empreendedorismo coletivo, a livre iniciativa e potencializa a inserção no mundo do trabalho. Todos os sócios cooperados participam ativamente das decisões das cooperativas, garantindo os mesmos direitos, deveres, poderes e benefícios.

Fonte: <https://empresascooperativas.com.br/cooperativa-de-trabalho/>

Para reflexão coletiva

Diante do conhecimento participativo construído durante o minicurso e levando-se em consideração os princípios das bases conceituais da EPT, é possível estabelecer relação entre trabalho e educação?

Relação trabalho e educação

Trabalho e educação são ações essencialmente atribuídas ao ser humano, portanto, podemos considerar que somente o homem trabalha e educa.

Referências

BRASIL. LEI n.º 12.690, de 19 de jul. 2012. AGU; MJ; MF; MP; MTE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm>. Acesso em: 07 de jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de jun. de 1978, NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

Cooperativa de Trabalho: O Que é e Como Funciona? Atesa. Disponível em: <<https://empresasecooperativas.com.br/cooperativa-de-trabalho/>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

Estatístico de Acidentes de Origem Elétrica: 2021 - Ano Base 2020. Salto, 2020. 72 p. Disponível em: 29 de maio de 2021.

KITTA. Eitler. CASTRO. Vanessa R. S. Projeto Energia que Transforma. Procel. Eletrobras. Disponível em: <<https://energiaquetransforma.org.br/timeline.html>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politécnica. Trab. educ. saúde [online]. Vol. 1, n.º 1, p.131-152, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198177452003000100010&script=sci_abstract&tling=pt>. Acesso em: 17 jun. 2021.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34, p.152-180, abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SOUSA, Daniela Ferreira de. Guia de apoio: trabalho docente em educação profissional e tecnológica. / Daniela Ferreira de Sousa, Cirlande Cabral da Silva, 66 p. il. 2019. Acesso em: 29 maio de 2021.

Ficha Técnica

Autor: Getúlio Albernaz Lobo

Orientador: Dr. Ricardo Faustino Teles

Diagramação: Getúlio Albernaz Lobo

Programa de pós-graduação: Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília - Campus Brasília

Software: Canva